



INSTITUTO SUPERIOR MANUEL TEIXEIRA GOMES

CENTRO DE INTERPRETAÇÃO E REABILITAÇÃO DO FORTE DO BELICHE – SAGRES

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ÁREA CIENTÍFICA: PROJETO DE ARQUITETURA

Por: Rui Fernando Diogo Carriço

Orientador: Professor Doutor Luís Filipe Pires da Conceição

Portimão, Setembro de 2018



INSTITUTO SUPERIOR MANUEL TEIXEIRA GOMES

MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO: Centro de Interpretação e Reabilitação do Forte do Beliche – Sagres

ÁREA CIENTÍFICA: Projeto de Arquitetura

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura

Por: Rui Fernando Diogo Carriço

Orientador: Professor Doutor Luís Filipe Pires da Conceição

Portimão, Setembro de 2018

Este texto foi escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Rui Fernando Diogo Carriço

CENTRO DE INTERPRETAÇÃO E REABILITAÇÃO DO FORTE DO BELICHE –SAGRES

Dissertação defendida em provas públicas no Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, no dia 02/11/2018 perante o júri nomeado pelo Despacho n.º **9/2018**, com a seguinte composição:

Presidente:

Professor Doutor Mostafa Zekri;

Arguente:

Professora Doutora Ana Cristina Santos Bordalo;

Orientador:

Professor Doutor Luís Filipe Pires Conceição.

I AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Doutor Luís Conceição, pelo apoio prestado, pela partilha de conhecimentos, e acima de tudo pelo pragmatismo e partilha do vasto saber que possui.

Ao Professor Doutor Hugo Nazareth Fernandes, agradeço a disponibilidade e as conversas esclarecedoras.

Ao Professor Doutor Luís Durão, um especial agradecimento por todo o apoio e incentivo neste percurso.

Aos demais docentes e colegas, que sempre estiveram presentes ao longo desta caminhada, pela disponibilidade e partilha de conhecimentos.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente me apoiaram e contribuíram de forma incondicional para a realização deste trabalho.

E por fim, à minha filha e aos meus pais, a quem dedico esta dissertação, sabendo que que era essencial para a minha vida profissional e pessoal, pelo apoio e paciência que souberam demonstrar e que me fizeram valer todo este esforço.

II RESUMO

O tema de intervenção em património tem assumido um papel determinante na Arquitetura e na sociedade contemporânea e, tem sido alvo de um crescente debate cultural, incidindo tanto na sua importância quanto na sua necessidade, como forma de preservação das formas construtivas e da memória a elas associadas

As fortificações edificadas ao longo da costa Portuguesa assentam num sistema de defesa e vigilância, encontrando-se localizadas em pontos estratégicos que marcam e caracterizam muitas das nossas paisagens e acumulam forte carga simbólica.

Trata-se pois, de um património arquitetónico muito significativo, ligado às vivências e à memória das diversas comunidades locais, suscitando grande interesse por parte dos especialistas e da população em geral.

Estes monumentos foram fundamentais na defesa do território e, são símbolos vivos e testemunhos do passado que devem ser respeitados e valorizados pela sua identidade e seu valor histórico-cultural.

A presente dissertação pretende identificar o valor patrimonial do Forte do Beliche, usando-o enquanto alavanca para o desenvolvimento do seu entendimento e demais questões, contextualizando-o como um elemento útil e destacando as relações com o sítio onde se insere de forma criteriosa, analisando e definindo estratégias de intervenção que procuram a valorização do potencial arquitetónico, turístico e/ou sócio-cultural e económico, dada a sua reconhecida qualidade enquanto testemunho histórico.

Em suma, para além do inerente simbolismo e importância patrimonial do Forte do Beliche, pretende estudar a problemática da reabilitação e da reconversão de usos como veículo de preservação e conhecimento do património arquitetónico.

PALAVRAS-CHAVE: Sagres; fortificação; património; arquitetónico/cultural; reabilitação; roteiro turístico.

III ABSTRACT

The theme of intervention in built heritage has become important for architecture and for contemporary society, and has been a motive for a growing cultural debate about its importance and its necessity, since it is a tool for the preservation of constructive forms and memory associated with them.

The fortifications built along the Portuguese coast are based on a system of defense and observation, so they are located in strategic points that mark and characterize many of our landscapes and have a strong symbolism.

In this way, these fortifications are a very significant architectural heritage, linked to the experiences and the memory of the various local communities, motivating great interest in the specialists and the population in general.

These monuments were fundamental in the defense of the territory. They are symbols and testimonies of a past so must be respected and valued for their identity and their historical-cultural value.

This dissertation intends to identify the heritage value of Forte do Beliche, developing knowledge about it and other related issues, contextualizing it as a useful element and prudently emphasizing its relations with the place where it is inserted, analyzing and defining strategies of intervention that pursue the appreciation of its architectural, tourism and / or socio-cultural and economic potential, given its recognized quality as historical legacy.

In summary, in addition to the study of the symbolism and heritage importance of the Forte do Beliche, this dissertation seeks to study the problem of rehabilitation and reconversion of uses of heritage built as a vehicle for the preservation and development of knowledge about the architectural heritage.

KEYWORDS: Sagres; fortifications; heritage; architectural ; rehabilitation; tourist route.



FIG. 1 – Fotografia área do Forte do Beliche

“Nos edifícios, nas cidades ou no território sempre humanizado, a arquitetura dos próximos anos será marcada pela prática da recuperação. Recuperação e criação serão complemento e não especialidades passíveis de tratamentos autónomos.

Reconhecer-se-á que não se inventa uma linguagem. Reconhecer-se-á que a linguagem se adapta à realidade para lhe dar forma. Tudo será reconhecido como património coletivo e, nessa condição, objeto de mudança e continuidade. Os instrumentos de reconhecimento do real chamam-se História, a arte de construir a transformação chama-se Arquitetura”.

Álvaro Siza Vieira

cit. por Alexandre Alves Costa in “Ações Patrimoniais – Perspetivas Críticas”.
Arq/a, nº 82/83. Lisboa: Futuro Magazine Editora, Julho-Agosto 2010,p.24

AGRADECIMENTOS.....	5
RESUMO.....	6
ABSTRACT.....	7
CAPITULO I.....	18
1. INTRODUÇÃO.....	18
1.1 Considerações Iniciais.....	18
1.2 Objetivos.....	19
1.3 Metodologia.....	20
CAPITULO II.....	21
2. ENQUADRAMENTO DO OBJETO DE ESTUDO.....	21
2.1 Contextualização das Fortificações em Portugal.....	21
2.2 Principais características de Sagres.....	22
2.2.1 Aspetos geográficos gerais.....	24
2.2.2 Evolução histórica.....	25
2.3 Elementos configuradores do objeto de estudo.....	26
2.3.1 Estrutura Tipológica.....	28
CAPITULO III.....	31
3. DIAGNÓSTICO E CONDIÇÕES DO FORTE DO BELICHE.....	31
3.1 Estado geral do conjunto edificado e paisagístico.....	31
3.2 Patologias e debilidades.....	33
CAPITULO IV.....	38
4. CONCEITOS E FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE A REABILITAÇÃO.....	38
4.1 Considerações gerais.....	38
4.1 Cartas, convenções e recomendações internacionais.....	39
4.2 Reconversão de usos no património.....	44

CAPITULO V.....	46
5. ANÁLISE A ESTUDOS DE CASO (projectos de referencia).....	46
5.1 Forte de S. João Baptista, Vila do Conde, Porto, Portugal.....	46
5.1.1 Análise da intervenção.....	47
5.2 Casa de Chá, Castelo de Montemor-o-Velho, Coimbra.....	48
5.2.1 Análise da intervenção.....	49
5.3 Considerações dos estudos de caso.....	50
CAPITULO VI.....	51
6. PROJETO DE INTERVENÇÃO.....	51
6.1 Justificação da proposta.....	51
6.2 Memória descritiva.....	51
6.2.1 Introdução.....	51
6.2.2 Integração do Forte no local.....	52
6.2.2.1 Topografia.....	52
6.2.2.2 Pré-existências.....	52
6.2.2.3 Envolvente.....	54
6.2.3 Princípio de intervenção.....	54
6.2.3.1 Princípio de intervenção sobre a muralha.....	54
6.2.3.2 Princípio de intervenção sobre os edifícios existentes.....	54
6.2.4 Projeto de intervenção.....	56
6.2.4.1 Centro de Interpretação.....	58
6.2.4.2 Centro de Documentação e Informação.....	60
6.2.4.3 Percurso Temático.....	67
6.2.4.4 Espaços Exteriores.....	68
6.2.4.4.1 Análise do existente.....	68
6.2.4.4.2 Proposta.....	68
6.2.4.4.3 Zona de estacionamento.....	69
6.2.4.4.4 Zona de estadia.....	69
6.2.4.5 O Forte do Beliche.....	71

7. CONCLUSÃO.....	72
8. BIBLIOGRAFIA.....	73
9. ANEXOS.....	75
ANEXO I – Desenhos técnicos da proposta.....	76
ANEXO II – Imagens tridimensionais.....	78

ÍNDICE DE FIGURAS

FIG. 1 – Fotografia aérea do Forte do Beliche

Fonte: Rui Gloria

CAPITULO II

FIG. 2 - Evolução da população da freguesia de Sagres

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (Recenseamentos gerais da população)

FIG. 3 - Localização de Sagres em Portugal

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Fortaleza_de_Sagres

FIG. 4 - Mapa do Algarve com a divisão por concelhos, do Barlavento e do Sotavento

Fonte: <https://www.google.pt/search?q=mapa+algarve+barlavento&tbm=isch&tbo>

FIG. 5 - Mapa das freguesias do concelho de Vila do Bispo

Fonte: <https://www.google.pt/search?biw=1536&bih=754&tbm=isch&sa=1&ei=6>

FIG. 6 - Localização do Forte do Beliche e Cabo de São Vicente - Sagres

Fonte: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2892

FIG. 7 - Vista poente do Forte do Beliche antes da intervenção para as comemorações Henriquinas

Fonte: <http://vilabispofotosantigas.blogspot.com>

FIG. 8 - Vista do interior do Forte do Beliche antes da intervenção para as comemorações Henriquinas

Fonte: <http://vilabispofotosantigas.blogspot.com>

FIG. 9 - Planta da Fortaleza do Beliche - Século XVIII

Fonte:

http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=679&muda_idioma=PT

FIG. 10 - Planta dos panos de muralha da Fortaleza do Beliche – Década de 50, século XX

Fonte:

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2892

FIG. 11 - Planta da Fortaleza do Beliche com o edificado – Final da década de 50, século XX

Fonte:

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2892

CAPITULO III

FIG. 12 - Fotografia do restaurante na fase final da construção – Final da década de 50 do século XX

Fonte:

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2892

FIG. 13 – Fotografia anterior à construção do edifício destinado à hospedagem onde se pode observar o restaurante já construído – Final da década de 50 do século XX

Fonte:

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2892

FIG. 14 – Fotografia do edificado após a conclusão das obras – Início dos anos 60 do século XX

Fonte:

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2892

FIG. 15 – Fotografia tirada antes das obras executadas pela CM de VP – Baluarte e muralhas repleto de arbustos.

Fonte: Autor

FIG. 16 – Fotografia tirada antes das obras executadas pela CM de VBP – Capela e parte do interior do forte.

Fonte: Autor

FIG. 17 – Fotografia tirada depois das obras executadas pela CM de VP – Baluarte, muralha e edificado interior.

Fonte: Autor

FIG. 18 – Fotografia tirada depois das obras executadas pela CM de VBP – Capela e parte do interior do forte.

Fonte: Autor

FIG. 19 – Fotografia tirada antes das obras executadas pela CM de VP – pano de muralha derrubado.

Fonte: Autor

FIG. 20 – Fotografia tirada depois das obras executadas pela CM de VBP – Pano de muralha reparado.

Fonte: Autor

CAPITULO V

FIG. 21 – Fotografia aérea do Forte de São João Batista.

Fonte:<https://www.google.pt/search?ei=baptista+vila+do+conde&oq=forte>

FIG. 22 – Fotografia aérea do Castelo de Montemor-o-Velho.

Fonte:<https://www.google.pt/search?q=imagem+aerea+da+casa+de+chá+montemor+velho&tbm>

FIG. 23 – Fotografia da Casa de Chá de Montemor-o-Velho.

Fonte: <https://www.google.pt/search?q=casa+de+chá+montemor+velho>

CAPITULO VI

FIG. 24 – Planta actual do Forte do Beliche.

Fonte: Autor

FIG. 25 – Fotografia do Forte – muralha exterior.

Fonte: Autor

FIG. 26 – Fotografia do edifício de hospedagem.

Fonte: Autor

FIG. 27 – Fotografia do restaurante

Fonte: Autor

FIG. 28 – Fotografia da torre, vista do interior do Forte.

Fonte: Autor

FIG. 29 – Fotografia do paiol.

Fonte: Autor

FIG. 30 – Fotografia da capela

Fonte: Autor

FIG. 31 – Planta de implantação com a identificação dos espaços a intervir

Fonte: Autor

FIG. 32 – Planta de alterações do centro de interpretação

Fonte: Autor

FIG. 33 – Planta da proposta do centro de interpretação

Fonte: Autor

FIG. 34 – Alçados com alterações - centro de interpretação

Fonte: Autor

FIG. 35 – Alçados propostos - centro de interpretação

Fonte: Autor

FIG. 36 – Plantas de alterações - centro de documentação

Fonte: Autor

FIG. 37 – Plantas de alterações - centro de documentação

Fonte: Autor

FIG. 38 – Cortes da alteração - centro de documentação

Fonte: Autor

FIG. 39 – Alçados da alteração proposta - centro de documentação

Fonte: Autor

FIG. 40 – Cortes da proposta - centro de documentação

Fonte: Autor

FIG. 41 – Alçados propostos - centro de documentação

Fonte: Autor

FIG. 42 – Imagem tridimensional do centro de documentação - vista do alçado nascente

Fonte: Autor

FIG. 43 – Imagem tridimensional do centro de documentação - vista a partir do ancorador

Fonte: Autor

FIG. 44 – Imagem tridimensional do centro de documentação - vista da entrada

Fonte: Autor

FIG. 45 – Imagem tridimensional do centro de documentação - vista do interior para baia do Beliche

Fonte: Autor

FIG. 46 – Traçado do percurso temático

Fonte: Autor

FIG. 47 – Pormenor do tipo dos patamares temáticos

Fonte: Autor

FIG. 48 – Planta geral do arranjo dos espaços exteriores

Fonte: Autor

FIG. 49 – Vistas do Forte do Beliche.

Fonte: Autor

1.INTRODUÇÃO

1.1 Considerações Iniciais

Sabe-se que o Forte de Santo António do Beliche foi construído durante o Século XVI (já existente em 1587), para proteção da enseada e da armação de pesca de atum ali existente, foi reconstruído (conforme atesta a Pedra de Armas colocada sob a sua entrada principal) em 1632, pelo Governador do Reino do Algarve, D. Luís de Sousa.

Está localizado no extremo máximo do sudoeste da Europa Continental, na freguesia de Sagres, concelho de Vila do Bispo, sendo o acesso ao mesmo feito pela Estrada Nacional 268, no sentido Sagres – Cabo de São Vicente.

Encontra-se estrategicamente implantado no alto da falésia que domina a baía do Beliche (ou Belixe), na faixa litoral da costa Algarvia, hoje também denominada por “Costa Vicentina e Sudoeste Alentejano”.

Em 2012 este Monumento Nacional passou para a posse do Município de Vila do Bispo, que entretanto efetuou pequenas obras de reparação de rebocos e pintura no edificado e foram ainda replantadas algumas secções do espaço interior com relva.

Apesar das referidas obras e, não obstante da Câmara Municipal de Vila do Bispo lá ter realizado e promovido alguns eventos, o Forte encontra-se encerrado ao público, dado o seu avançado estado de degradação. É imperativo discutir a forma de o integrar no roteiro do património cultural/arquitetónico a visitar em Sagres, tendo em atenção que Sagres é um dos locais mais visitados do País e está intrinsecamente ligado à figura histórica do Infante Dom Henrique e ao período dos descobrimentos. Assim surge a proposta para reabilitar o Forte do Beliche e devolve-lo à comunidade local e visitantes, pelo que se propõe uma mudança ao uso do edificado existente, que ao longo dos tempos sofreu várias adaptações às necessidades que teve de corresponder.

1.2 Objetivos

O objetivo deste trabalho consiste na realização de uma proposta para a reabilitação do Forte do Beliche. Para isso, procura-se conciliar e adaptar o programa com a consolidação da lógica de conjunto que a fortificação estabelece com a paisagem. Para a sua concretização é necessário, na sua reabilitação, ajustar-lhe um novo volume no seu interior que procure valorizar a leitura do monumento e as suas principais condições morfológicas. Pretende-se ainda criar um percurso temático desde a entrada das muralhas até ao antigo ancoradouro, através de um passadiço de madeira, composto por três patamares temáticos, que para além de proporcionar um sítio onde se possa descansar ao longo do percurso, tenha exposta informação relevante acerca do sítio, nomeadamente:

- Fauna e flora marinha;
- Geologia e formação rochosa;
- Observação e informação sobre aves migratórias.

Ao nível da zona envolvente às muralhas apresenta-se um “projeto” de espaços exteriores, que inclui alguns equipamentos, zona pedonal, estacionamento de autocarros e viaturas ligeiras para os visitantes/utentes.

A criação de um projeto de reabilitação para um imóvel classificado de interesse público, implica entender o valor e as origens do património em causa, salientando a importância de uma análise histórica, geográfica, construtiva e reconhecendo os valores do edificado, possibilitando assim uma intervenção justificada, salvaguardando o essencial do pré-existente. Para tal, é necessário compreender qual a importância da reabilitação e conservação, como atuar perante este tipo de edifícios e qual a melhor metodologia a adotar.

Para além dos objetivos mencionados é, também, dar-lhe um uso racionalmente justificado sendo este o melhor processo para conservar um edifício considerado de interesse público. Mas não importa um uso qualquer, é fundamental manter o monumento vivo na comunidade, criando rituais de utilização que façam sentido contemporâneo.

1.3 Metodologia

A dissertação será organizada em seis capítulos, incluindo uma introdução e uma conclusão. O Capítulo dois trata o enquadramento do objeto de estudo, onde se faz a contextualização teórica das fortificações em Portugal e o entendimento da evolução da Vila de Sagres para a compreensão e identificação das alterações ocorridas desde a sua fundação. É exposto, ainda, o Forte do Beliche (objeto de estudo) onde se salientam os elementos configuradores, com vista a indicar as relações que estabelece com o sítio, tendo em conta a sua relação com o lugar e a paisagem. O Capítulo três incide sobre o diagnóstico e condições do Forte, salientando o estado geral do conjunto edificado e paisagístico. As patologias e debilidades são elementos também a ter em conta na identificação do estado de conservação, seguindo-se o estabelecimento de medidas preventivas e corretivas. O Capítulo quatro aborda os conceitos e fundamentos teóricos sobre a conservação e restauro de património, importantes para que se perceba qual o método de intervenção ajustado ao caso de estudo. Aborda-se algumas das principais Cartas Patrimoniais que visam a proteção do património arquitetónico, urbanístico e paisagístico. Estabelecem-se, ainda, critérios de intervenção incidindo em princípios relativos à reconversão de usos no património classificado. O objetivo é que o monumento seja alvo de um conjunto de operações de modo a que possam ser evitadas quaisquer ações mais intrusivas que poderiam descaracterizar o Forte. No Capítulo cinco desenvolve-se uma análise a dois estudos de caso, como entendimento de obras de referência de intervenção no património. No capítulo seis é apresentado o projecto e feita a descrição sucinta da intervenção, respondendo de forma clara e direta aos objetivos definidos na proposta da dissertação, resumindo-se os resultados do trabalho elaborado e distinguindo-se em que medida são ou não um contributo na área em estudo.

2. ENQUADRAMENTO DO OBJETO DE ESTUDO

2.1 Contextualização das Fortificações em Portugal

Depois de identificar o Forte do Beliche, torna-se necessário fazer uma abordagem ao enquadramento teórico em torno das estruturas militares para melhor contextualizá-lo, espacialmente, historicamente e socialmente.

Segundo o Dicionário de Arquitetura Militar¹, é possível dividir as fortificações em:

“Fortificação - abrange todas as tipologias, mas para os fins desta predefinição é entendido como toda a estrutura de menores dimensões como bateria, entrincheiramento, reduto, casa-forte, etc.

Fortaleza - é um forte de maiores dimensões, compreendendo baluartes, revelins, fortes, ou seja, um complexo defensivo que, caso envolva uma cidade, por exemplo, faz de si uma praça-forte.

Forte - designa um forte propriamente dito: uma estrutura fechada em todas as faces, com edificações de serviço como quartéis, paióis, armazéns, cisterna, baluartes, fosso, etc.”

As fortificações militares evoluíram ao longo do tempo na forma e tipologia, adequando-se ao crescente aperfeiçoamento das armas. Sob a direção dos engenheiros militares foram-se espalhando pelo litoral e/ou margem dos rios, apresentando-se como marcos do território. Num contexto mais amplo desempenharam um importante papel estruturante como símbolos políticos do domínio do território e importantes como elementos na *“estruturação da paisagem rural portuguesa”*.²

Com a evolução da balística e demais meios ofensivos, as fortificações foram perdendo importância e seu valor estratégico, conduzindo ao abandono e conseqüentemente à degradação, em alguns casos quase total.

1 Nunes, A. (2005). *Dicionário Temático de Arquitetura Militar e Arte de Fortificar*, Lisboa, Editora Caleidoscópio.

2 Barroca, J. (2004) Fortificações e povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI), in *Revista Portuguesa*, Nova Série, Vol. XXV, Porto, FLUP, P173.

O estado atual de conservação dos conjuntos paisagísticos formados por estas construções e estruturas envolventes é diverso. Muitas das suas estruturas e dos seus elementos construídos já desapareceram. Os elementos que ainda permanecem têm sido sujeitos a alterações e a processos de transformação que em muitos casos, desvirtuam o seu carácter.

Por diversos motivos têm estado votadas ao abandono, mais ou menos prolongado, e a estados de degradação dos quais sobrevivem apenas ruínas, muitas vezes reduzidas às fundações das construções preexistentes, implantadas em locais que atualmente, em alguns casos, se encontram praticamente inacessíveis.

O Enquadramento geográfico de Sagres e a sua evolução histórica, que se abordará de seguida, será importante para se aprofundar, ainda mais, o local onde a fortificação se insere. Não se pretende fazer uma abordagem histórica profunda à Vila de Sagres visto não ser este o objetivo deste estudo, mas no sentido de procurar entender e identificar as alterações urbanas ocorridas na sua transformação, passível de contribuir para a reflexão da proposta que consubstanciará a reutilização do Forte do Beliche.

2.2 Principais características de Sagres

Poucas pessoas poderão dizer que nunca ouviram falar de Sagres, mais não seja pelos seus imponentes cabos e pontas rochosas, praias escondidas entre dunas ou falésias, ou, ainda, pela associação do nome da localidade às descobertas marítimas, empreendidas pelos Portugueses no Século XV e, mais concretamente, ao homem que foi o seu principal impulsionador, um Príncipe da Casa de Avis, nascido no Porto em 1394, e que aqui faleceu a 13 de novembro de 1460: o Infante D. Henrique, conhecido, também, por “Infante de Sagres”.

Sagres, local de capital importância na História do nosso País, com as suas origens na(s) construção(ões) que o Príncipe D. Henrique mandou construir na Ponta de Sagres, em meados do século XV, e que viriam dar origem a uma notável Praça de Guerra, cujo último perfil foi concluído em

1793. Este antigo local de apoio e proteção à navegação que demandava estas paragens e de guarnição militar foi Concelho até meados do século XIX. Foi já no século XX, mais precisamente na década de 60 que o fenómeno do turismo veio aumentar a projeção e o protagonismo da Vila de Sagres que se destaca pelas suas características especiais e únicas.

Note-se que no ano de 1864 a população da freguesia de Sagres era composta por 402 habitantes e que ao longo dos anos esse número teve um crescimento exponencial, tal como vem demonstrado na figura 2.

1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
402	440	445	559	793	964	1 067	1 050	1 050	1 001	1 252	2 044	2 119	1 939	1 909

FIG. 2 - Evolução da população da freguesia de Sagres

2.2.1 Aspetos geográficos gerais

Sagres situa-se no concelho de Vila do Bispo, na região Sul de Portugal, distrito de Faro, barlavento algarvio. É cercado pelo grande oceano a ocidente e a sul (costa ocidental e costa Sul), tido como o extremo sudoeste da Europa continental.



FIG. 3 - Localização de Sagres em Portugal



FIG. 4 - Mapa do Algarve com a divisão por concelhos, do Barlavento e do Sotavento.



FIG. 5 - Mapa das freguesias do concelho de Vila do Bispo

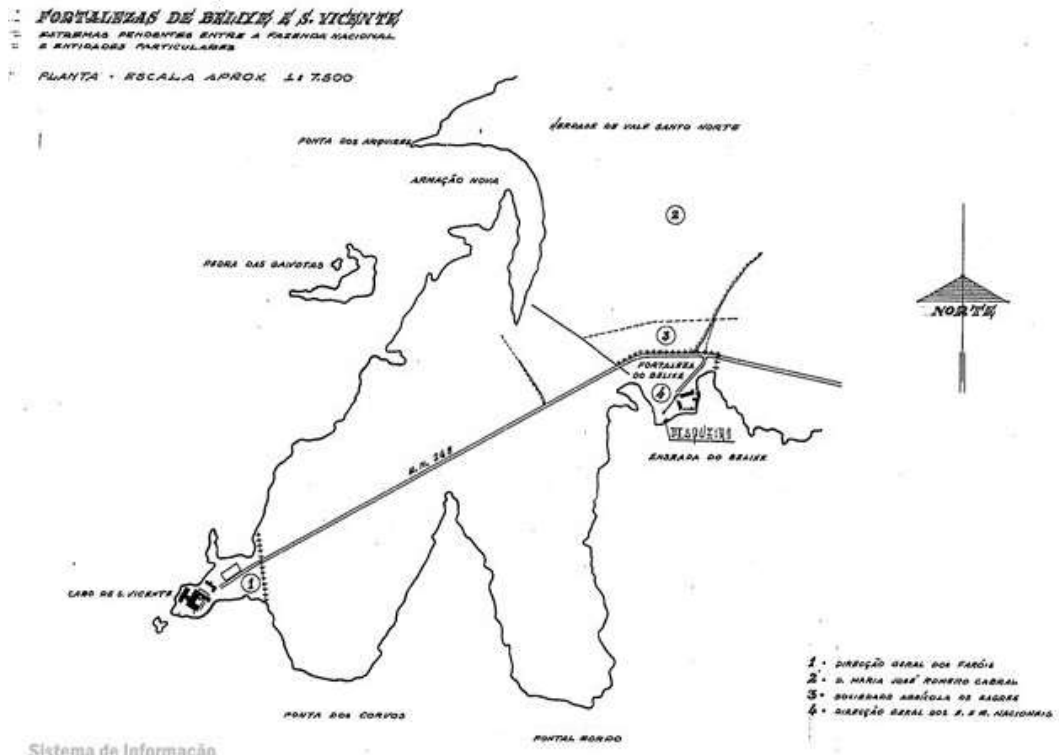


FIG. 6 – Localização do Forte do Beliche e Cabo de São Vicente - Sagres

2.2.2 Evolução histórica de Sagres

A designação de “Sagres” provém da palavra “Sagrado”, pois, sem dúvida alguma, este foi um importante local de práticas religiosas, com rituais alicerçados já em tempos pré-históricos. Aqui, alguns povos mediterrânicos (como Fenícios, Gregos, Cartagineses e Romanos) veneraram as suas divindades. Era aqui que, para alguns deles, os deuses se reuniam, justificando-se, dessa forma, a inexistência de habitantes na zona. Era aqui que o Sol mergulhava, com intensidade, no imenso oceano, fazendo-o fervilhar e encrespar e era aqui que se acreditava que terminava a terra conhecida e se iniciava um território desconhecido e misterioso: o Mar.

No entanto, a sacralidade deste espaço não se resumiu a este período da História. Cristãos (Moçárabes) que viveram nesta zona, durante a ocupação muçulmana, aqui ergueram a “Igreja do Corvo”, tendo aí sido depositados, no Século VIII (talvez em 779), os restos mortais do santo/mártir hispânico Vicente (vitima de cruéis torturas no Século IV), que deu depois o nome a uma das mais imponentes pontas rochosas de toda a costa portuguesa e europeia: o Cabo de São Vicente.

Apesar de ter existido nesta área, nos tempos medievais, uma localidade (Terçanabal), todo este território foi doado, em 27 de outubro de 1443, ao Infante, que para si o reclamou: D. Henrique, homem multifacetado, Príncipe ligado à Ordem Militar de Cristo, Duque de Viseu, senhor da Covilhã, homem preocupado com a sua casa senhorial e com o seu engrandecimento, religioso e acérrimo defensor do combate aos Infiéis, usufruiu, também, de rendimentos diversos, como os de algumas pescarias no Algarve. Segundo o próprio, estando preocupado com as necessidades existentes, neste troço da costa, de agasalho material e espiritual para os navegadores que por aqui passavam, sempre condicionados pelo regime de ventos na zona, fundou uma localidade, uma Vila (a “Vila do Infante”) para prestar esses tipos de assistência. A Vila, que fortificou, situava-se, na atual Ponta de Sagres, local estratégico, por excelência, dominando sobre duas grandes enseadas (Mareta e Beliche). Já em pleno Século XVI, a zona de Sagres/Cabo de São Vicente, revelou-se, desde 1573 até 1578, um dos locais de eleição do Rei D. Sebastião, sendo um dos seus maiores apreciadores. Foi mais uma personalidade que, após o seu desaparecimento em batalha, em Alcácer-Quibir (Marrocos, 1578) integrou o domínio mítico deste local. Afinal, uma crónica do Século XVI refere a estadia do jovem Rei ferido no Convento de São Vicente do Cabo e há alguns anos atrás (ainda não existia estrada de ligação ao Cabo) os locais contavam que El-Rei se encontrava “encantado”, com as suas tropas, nuns rochedos existentes na zona... Contudo, Sagres sempre foi, de facto, um importante ponto estratégico e de defesa marítima. Por isso, não é de estranhar a constante presença de soldados na zona, durante um largo período de tempo, que podemos considerar desde o Século XVI até ao Século XX.

2.3 Elementos configuradores do objeto de estudo

Como já foi referido, o Forte do Beliche foi erguido em data não determinada, possivelmente na segunda metade do século XVI, dada a presença de um escudo com as armas de Sebastião I de Portugal (1557-1578). Alguns autores remontam a sua edificação ao reinado de Manuel I de Portugal (1495-1521), que se deslocou ao cabo de São Vicente na viragem para o século XVI, embora essa hipótese careça de maior fundamentação. É

certo que existia à época da Dinastia Filipina (1580-1640), uma vez que já se encontra assinalado no desenho do ataque do corsário inglês Francis Drake (1587) a esta região, atualmente no British Museum, e que praticamente o destruiu. Tinha como função controlar aquele ancoradouro e proteger os pescadores que ali mantinham uma armação de pesca de atum.

A fortificação atual remonta a uma reconstrução por determinação de Filipe IV de Espanha (1621-1665), tendo sido reinaugurado em 1632, durante o governo de D. Luís de Sousa, 2º conde do Prado, conforme inscrição epigráfica sobre o portão de armas. O terramoto de 1755 causou-lhe grandes danos, tendo sido progressivamente abandonado.

Encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º 41.191, publicado no Diário do Governo, I Série, n.º 162, de 18 de julho de 1957. A sua ZEP e a sua Zona "non aedificandi" encontram-se definidas inicialmente pela Portaria publicada no Diário do Governo, II Série, n.º 128, de 30 de maio de 1962, vindo a ser retificada pela Portaria n.º 550/86, publicada no Diário da República, I Série, n.º 221, de 25 de setembro de 1986. A Portaria n.º 469/87, publicada no Diário da República, I Série, n.º 128, de 4 de junho de 1987, revogou a portaria anterior, repondo a delimitação de 1962.

O conjunto foi recuperado ao final da década de 1950 pela então Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), no contexto dos trabalhos realizados no cabo de São Vicente e em Sagres, tendo em vista as comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique (1960). Foi então requalificado como pousada, construindo-se, por volta de 1960, os diversos equipamentos de apoio à atividade hoteleira, como o restaurante. Nessa altura, relvaram-se também importantes seções do interior e reconstruíram-se alguns panos da cortina militar.



FIG. 7 – Vista poente do Forte do Beliche antes da intervenção para as comemorações Henriquinas



FIG. 8 – Vista do interior do Forte do Beliche antes da intervenção para as comemorações Henriquinas

2.3.1 Estrutura Tipológica

Trata-se de um exemplar de arquitetura militar, em estilo maneirista. Fortificação marítima, de enquadramento rural, é bem visível no topo da falésia, numa cota de 86 metros acima do nível do mar, ao fundo da baía de Beliche.

Apresenta-se, como elemento que evidencia a relevância e significado que a região teve num dado momento para a história nacional e regional. É um edifício, de pequena dimensão, que segue uma estrutura comum à arquitectura militar da época, com planta poligonal estrelada, estrategicamente com as baterias voltadas ao mar. A porta principal, de arco de volta perfeita, situa-se a "Poente, numa reentrância formada por um contraforte de uma torre".³ No interior, existe uma segunda cortina, que protege uma longa escadaria que dá acesso à praia e por onde entrariam os mantimentos e outros materiais em caso de cerco terrestre. A entrada na fortaleza propriamente dita faz-se através de um arco de volta perfeita nessa linha fortificada interior e é dominada por uma torre quadrangular, com acesso através de passadiço. As dependências de apoio à guarnição militar (camarata, arrecadações e compartimentos comuns cobertos) adossam-se à muralha, permitindo a existência de um espaço relativamente amplo para manobras militares. Igualmente encostada à muralha destaca-se *"uma capela consagrada a Santa Catarina, de forma cúbica e encimada por uma cúpula, segundo a tipologia dos morabitos"*.⁴



FIG. 9 - Planta da Fortaleza do Beliche - Século XVIII

³ Coutinho, Valdemar, "CASTELOS, FORTALEZAS E TORRES", da Região do Algarve, Faro, Editora: Algarve em Foco 1997, p.155

⁴ Algarve guia do património cultural, Região de Turismo do Algarve (RTA), 2.ª edição, 2014.

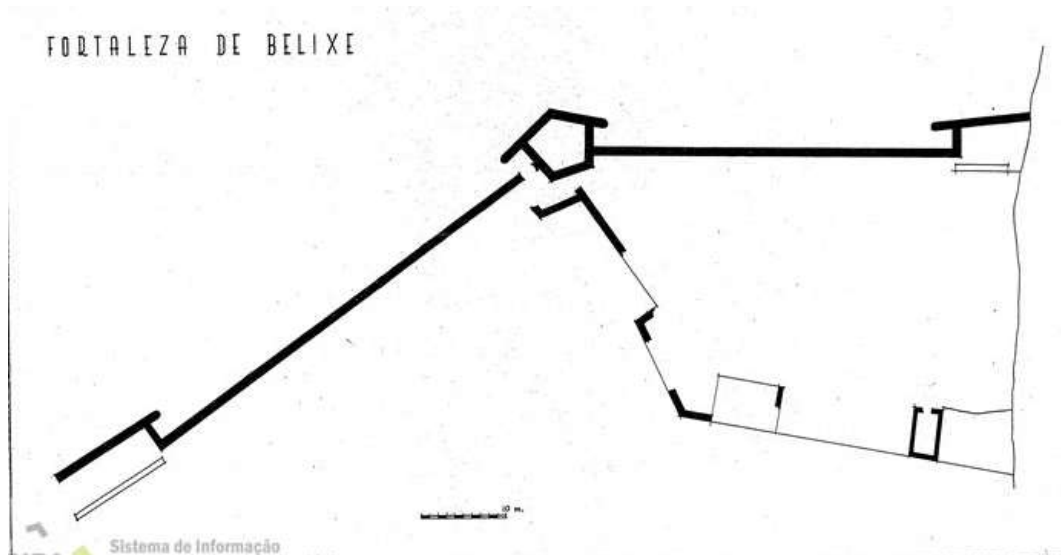


FIG. 10 - Planta dos panos de muralha da Fortaleza do Beliche – Final da década de 50, século XX

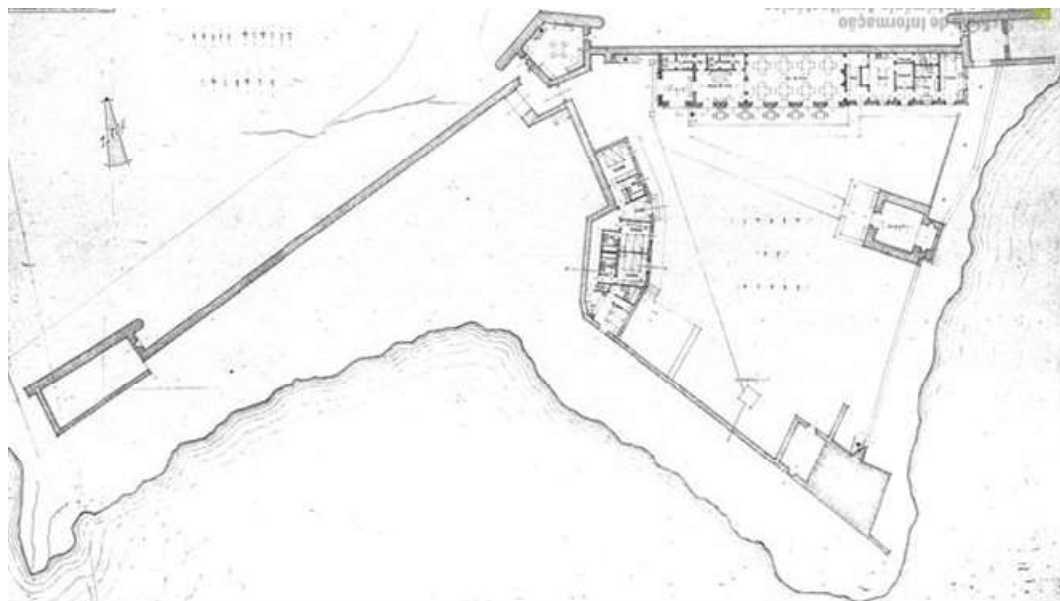


FIG. 11 - Planta da Fortaleza do Beliche com o edificado – Década de 50, século XX

3. DIAGNÓSTICO E CONDIÇÕES DO FORTE DO BELICHE

3.1 Estado Geral do conjunto edificado e paisagístico

Depois de abandonado o forte, o século XX conferiu-lhe outras funcionalidades, designadamente a turística, construindo-se dois novos edifícios adoçados aos panos de muralha, sendo um deles destinado a hospedagem e outro a restaurante. Nessa data reconstruíram-se alguns panos da cortina militar, a capela, o paiol e relvaram-se também importantes secções do interior.



FIG. 12 – Fotografia do restaurante na fase final da construção – Final da década de 50 do século XX



FIG. 13 – Fotografia anterior à construção do edifício destinado à hospedagem onde se pode observar o restaurante já construído – Final da década de 50 do século XX



FIG. 14 – Fotografia do edificado após a conclusão das obras – Início dos anos 60 do século XX

Apesar de harmonicamente integrada na paisagem circundante, esta nova funcionalidade não evitou a erosão constante da falésia em que a fortaleza se ergue. A partir dos anos 90 do século XX, tem havido um

redobrado cuidado com esta questão, existindo o perigo de toda a estrutura ruir. No final da década de 1990, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) procedeu à análise e estudo do processo de erosão da falésia, tendo a Escola Superior de Tecnologia da Universidade do Algarve estudado as possibilidades de intervenção para sustentação da Capela de Santa Catarina, a parte mais ameaçada do conjunto.

Em 2002 o Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) adjudicou o estudo de viabilidade e manutenção da Capela de Santa Catarina.

Em 2012 a Câmara Municipal de Vila do Bispo tomou posse do Forte de Beliche por um período de 20 anos, mediante o pagamento de 4 mil euros ao Ministério das Finanças. Após a posse, foram executadas obras de escassa relevância no edificado, nomeadamente, limpeza do espaço, reparação de rebocos exteriores dos edifícios, pintura exterior, substituição de algumas telhas e replantadas algumas secções com relva, planeando a sua reabertura em 2013.

Apesar das referidas obras e, não obstante da Câmara Municipal de Vila do Bispo lá ter realizado e promovido alguns eventos, o Forte encontra-se encerrado ao público.

3.2 Patologias e debilidades

Na identificação das patologias e debilidades do Forte do Beliche foi utilizado essencialmente o método direto, que consistiu em variadíssimas visitas ao local, tendo em vista a elaboração dos registos gráficos e levantamento de todo o edificado. Ao nível da metodologia indireta, a documentação escrita e gráfica é muito escassa sobre a problemática do estado de degradação do Forte, tendo apenas conhecimento que foram realizados estudos pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) que procedeu à análise e estudo do processo de erosão da falésia e, da Escola Superior de Tecnologia da Universidade do Algarve que estudou as possibilidades de intervenção para sustentação da Capela de Santa Catarina, estudos esses que não foi possível consultar.

No entanto, através de uma entrevista que me foi concedida por uma pessoa ligada ao património da Câmara de Vila do Bispo, foi-me informado

que os referidos estudos, ainda que tenham como principal missão identificar as patologias e debilidades, estão essencialmente direccionados para a problemática da consolidação da falésia, tratando-se de estudos mais do âmbito da Engenharia Civil.

Das possibilidades de intervenção, sabe-se da existência de pelo menos três “correntes” principais:

A primeira seria a consolidação da falésia com betão, desde o sopé até à crista e, colocação de um quebra-mar para minimizar o impacto das ondas sobre a rocha. Esta intervenção, ainda que com custo elevadíssimos, evitaria, por algumas décadas o desmoronamento da capela.

Outra seria encarar a situação como um fenómeno normal e natural do processo de erosão que se verifica em toda a costa, deixar que a natureza faça o seu trabalho, ou seja, deixar que naturalmente aconteça o desmoronamento, propondo fazer um registo rigoroso e uma maqueta para memória futura.

Por último, a proposta era no sentido de proceder ao levantamento rigoroso da capela e estudar um sítio adequado, para proceder à sua deslocalização.

Relativamente ao edificado e muralhas, pode, visivelmente ser considerado de certo modo razoável, tendo em conta que a Câmara Municipal de Vila do Bispo, como já foi referido anteriormente, executou algumas obras de escassa relevância, que poderemos classificar de “fachada”, tendo incidido sobretudo na limpeza geral do espaço, remoção de arbustos, trepadeiras e ervas daninhas dos panos de muralhas, reparação pontual da muralha, rebocos exteriores do edificado, pintura exterior, substituição de algumas telhas e replantação de algumas secções com relva.

Quanto ao interior do edificado não foram executadas quaisquer obras de reparação, sendo que as paredes e todos os elementos constituintes apresentam sinais bastante significativos de degradação.



FIG. 15 – Fotografia tirada antes das obras executadas pela CM de VP – Baluarte e muralhas repleto de arbustos.



FIG. 16 – Fotografia tirada antes das obras executadas pela CM de VBP – Capela e parte do interior do forte.



FIG. 17 – Fotografia tirada depois das obras executadas pela CM de VP – Baluarte, muralha e edificado interior.



FIG. 18 – Fotografia tirada depois das obras executadas pela CM de VBP – Capela e parte do interior do forte.



FIG. 19 – Fotografia tirada antes das obras executadas pela CM de VP – pano de muralha derrubado.



FIG. 20 – Fotografia tirada depois das obras executadas pela CM de VBP – Pano de muralha reparado.

4. CONCEITOS E FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE A REABILITAÇÃO

4.1 Considerações gerais

A preservação do património arquitectónico foi adquirindo importância ao longo dos tempos. Teve o seu início com o Humanismo e com a Renascença, através da publicação, em 1462, pelo Papa Pio II, dos primeiros éditos proibindo a destruição de edifícios antigos e a retirada de materiais para novas construções. Restaurar significava reinterpretar e adaptar, levando à destruição de um vasto património com a finalidade de realçar apenas algumas partes mais significativas do monumento.⁵

O culto pelos elementos do passado ganha especial importância ao longo do período neoclássico onde se iniciam os primeiros restauros que valorizavam o elemento histórico e não a redefinição da sua função.

Surge então a especialização em restauro e em reconstrução de antigas obras como as descobertas de Ercolano e de Pompeia, que influenciaram definitivamente as teorias de restauro, separando o restaurador do artista.⁶

Séculos mais tarde surgem as novas tendências românticas, através de Eugène Viollet-Le-Duc e John Ruskin, com teorias opostas. Viollet-Le-Duc propõe o restauro do edifício no seu estado original, mesmo que para isso o restaurador tenha que “imaginar” e restaurar o que nunca tenha existido, levando à falsificação de inúmeras obras; por outro lado surge John Ruskin, que defende a preservação no seu estado natural, realizando para isso obras de conservação e consolidação, não adulterando o seu estado. Com um meio-termo entre ambas as teorias, surge, em 1883 por Camilo Boito, o restauro no sentido moderno que se consolida em 1931 na Conferência Internacional de Atenas, mas o seu carácter internacional de importância e salvaguarda do património cultural só é transposto para a Carta de Viena de 1964, onde o património histórico deixa de ser entendido como um elemento

5 “Fundamentação teórica do Restauro”, Tradução: António de Borja Araújo, 2003, p. 5

6 .Id.,ibidem, p. 6

isolado e singular, passando a considerar-se um conjunto mais vasto, onde o ambiente e a paisagem adquirem especial importância.⁷

4.2 Cartas, convenções e recomendações internacionais

Na perspectiva do tratamento das questões relativas ao projeto de intervenção do Forte, importa refletir sobre as principais noções que permitam a compreensão global dos princípios orientadores da solução desenvolvida. As diversas cartas, convenções e recomendações internacionais visam a proteção do património arquitetónico, urbanístico e paisagístico, para além de servirem de base doutrinária para a conservação e restauro de monumentos e sítios, bem como da sua interligação com a Reabilitação e o Urbanismo.

Carta Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos.⁸

A Carta de Atenas, adotada no primeiro Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, em Atenas (Grécia), de 17 de Outubro a 21 de Novembro de 1931, levanta a problemática da conservação e restauro dos bens culturais, nomeadamente a legislação em matéria de proteção e conservação de monumentos artísticos e históricos, os princípios gerais e estudo de diferentes doutrinas sobre o restauro de monumentos, a degradação dos monumentos provocada por diversos agentes, a sua envolvente e respetiva utilização.

Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos e dos Sítios.⁹

Devido ao seu rigor e clareza, a Carta de Veneza, realizada em Veneza (Itália), de 25 a 31 de Maio de 1964, no segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, continua a ser considerada como universalmente aceite. Introduce uma alteração significativa relativamente à Carta de Atenas e ao conceito de património,

7 .Id.,ibidem, p. 7

7 Carta realizada pelo Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico.

9 Id.,ibidem.

porque passa a incluir, além dos edifícios individuais com valor monumental, os conjuntos construídos e o tecido urbano, nomeadamente as cidades, os bairros e os centros históricos.¹⁰ Defende, no problema da reutilização funcional, a adequação do programa ao monumento, recusando a alteração do monumento para responder ao programa.¹¹

Recomendação relativa à Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e sua Função na Vida Contemporânea.¹²

A conferência geral da Organização nas Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Nairobi (Quênia), de 26 de Outubro a 30 de Novembro de 1976, em sua décima nona seção, aprovou uma recomendação relativa à Salvaguarda de Conjuntos Históricos e a sua Função na Vida Contemporânea, onde se clarificam os conceitos de "conjunto histórico e tradicional" e de "salvaguarda".

Esta recomendação reconhece como conjunto histórico ou tradicional “todo o grupo de construções e de espaços (...) que constituam um estabelecimento humano, tanto em meio urbano como em meio rural, e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetónico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural”¹³ e entende por salvaguarda “a identificação, a proteção, a conservação, o restauro, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e o seu enquadramento”.¹⁴

Considera ainda que, “cada conjunto histórico ou tradicional e sua ambiência deveria ser considerado em sua globalidade, como um todo coerente cujo equilíbrio e caráter específico dependem da síntese dos elementos que o compõem e que compreendem tanto as atividades humanas como as construções, a estrutura espacial e as zonas circundantes.”¹⁵

10 Carta de Veneza, 1964, art.º1.

11 Id., ibidem., art.º 4.

12 Carta realizada pelo Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico.

13 Recomendação de Nairobi, I – Definições.

14 Id.,ibidem.

15 Id.,ibidem.

Carta para a Conservação dos sítios com significado cultural.¹⁶

A Carta de Burra, adotada pelo ICOMOS da Austrália (The Australian National Committee of ICOMOS) em 19 de Abril de 1979, em Burra (Austrália) incide, entre outros, sobre o significado dos seguintes termos: conservação, manutenção, preservação, restauração, reconstrução, adaptação e uso compatível. Inclui a dimensão social e cultural na conservação do patrimônio e avança mais, relativamente à de Veneza, em termos técnicos, abordando definições e orientações mais precisas sobre o assunto.

Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas.¹⁷

A Carta de Washington, adotada pela Assembleia Geral do ICOMOS, em Washington D.C. (Estados Unidos da América), de 7 a 15 de Outubro de 1987, define os princípios para proteger cidades históricas e áreas urbanas. Esta amplia a caracterização do patrimônio histórico relativamente à carta de Veneza. As qualidades a serem preservadas incluem o caráter histórico da cidade ou área urbana e os elementos materiais e imateriais que expressam os padrões urbanos dos lotes e ruas; a relação entre edifícios e espaços livres; a forma dos edifícios definidos pela escala, estilo, materiais, cor e decoração; a relação entre o sítio e a envolvente natural e construída; as funções que o centro adquiriu ao longo do tempo.¹⁸

Carta Internacional para a proteção e a gestão do património arqueológico.¹⁹

Preparada pelo International Committee for the Management of Archaeological Heritage (ICAHM) e aprovada pela 9.^a Assembleia Geral de Lausanne, em 1990, esta Carta evidencia que as definições de técnicas para a preservação do patrimônio arqueológico tornam-se mais eficazes quando acompanhadas por uma equipa multidisciplinar de profissionais e

16 Carta realizada pelo ICOMOS da Austrália.

17 Carta realizada pelo Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico.

18 Carta de Washington, 1987.

19 Carta realizada pelo Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico.

especialistas, bem como órgãos públicos e comunidade. Ainda segundo a mesma, *“a escavação deve ser executada em sítios e em monumentos ameaçados pelo desenvolvimento, pela alteração de uso do território, pelo saque ou pela deterioração natural. Em casos excepcionais, podem ser escavados sítios para se elucidarem, ou para serem mais eficazmente interpretados, problemas de investigação com o objetivo de serem apresentados ao público. Em tais casos, a escavação deve ser precedida por uma profunda avaliação científica do significado do sítio. A escavação deve ser parcial, deixando uma parte não perturbada para futura investigação.”*²⁰

Documento de Nara sobre a Autenticidade.²¹

O Documento de Nara, adotado na conferência de Nara sobre a Autenticidade em relação à Convenção do Património Mundial, reunida em Nara (Japão), entre 1 e 6 de Novembro de 1994, versa sobre a autenticidade, fundamentando-se na Carta de Veneza (1964), cujo âmbito conceptual pretende alargar em resposta às emergentes preocupações e interesses sobre o património cultural, A intervenção deve resgatar o caráter do edifício ou do conjunto, enaltecendo os respetivos valores sem alterar a sua essência.²²

Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído.²³

Esta carta, elaborada em Cracóvia (Polónia), 26 de Outubro de 2000, é o documento mais recente que define os princípios para a conservação e restauro do património construído. Procede à caracterização da intervenção em cada especificidade do património construído, sendo o objetivo a conservação de edifícios históricos e monumentos, quer em contexto urbano ou rural, mantendo a sua autenticidade e integridade e exigindo um projeto de intervenção que defina métodos e objetivos que se possam adequar ao

20 Carta de Lausanne, 1990, ponto 1.

21 Carta realizada pelo ICOMOS.

22 Documento de Nara, ponto2.

23 Carta realizada pelo Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico.

respetivo significado patrimonial. Refere ainda, respeitante ao património arqueológico, que qualquer intervenção que o afete, *“devido à sua vulnerabilidade, deve estar estritamente relacionada com a sua envolvente: o território e a paisagem.”*²⁴

*“Qualquer intervenção que afete o património arqueológico, devido à sua vulnerabilidade, deve estar estritamente relacionada com a sua envolvente: o território e a paisagem. Os aspetos destrutivos das escavações devem reduzir-se tanto quanto seja possível. Cada escavação deve ser acompanhada de documentação completa sobre os trabalhos arqueológicos. Tal como em qualquer intervenção patrimonial, os trabalhos de conservação de achados arqueológicos devem basear-se no princípio da intervenção mínima. Os trabalhos arqueológicos só podem ser realizados por profissionais e a metodologia e técnicas usadas devem ser estritamente controladas.”*²⁵

Declaração sobre a Conservação do Entorno Edificado, Sítios e Áreas do Património Cultural.²⁶

Esta declaração, adotada em Xi'na (China), em 21 de Outubro de 2005, chama a atenção para a conservação da envolvente como sendo constituída pelos elementos físicos, visuais e naturais, bem como pelas práticas sociais ou espirituais, os costumes, as profissões, as técnicas tradicionais e outras formas de expressão imateriais, na proteção e na valorização dos monumentos e sítios do património mundial.²⁷

Declaração de Québec sobre a preservação do "Spiritu loci".²⁸

Entre outras recomendações esta declaração, assumida em Québec (Canadá), em 4 de outubro de 2008, refere, na secção *"Repensando o Espírito do Lugar"*, que *“considerando que o espírito do lugar é complexo e multiforme”*, exige-se *“a perícia de equipas de pesquisa multidisciplinar e*

24 Carta de Cracóvia, 2000, ponto 5.

25 Carta de Cracóvia, Valores e Autenticidade, ponto 9 e 10.

26 Carta realizada pelo ICOMOS do Brasil.

27 Declaração de Xi'na, 2005.

28 Carta realizada pelo ICOMOS do Canadá.

especialistas com tradição para melhor compreender, preservar e transmitir este espírito do lugar".²⁹ Chama a atenção para a conservação da envolvente constituída pelos elementos físicos, visuais e naturais nos quais todos eles devem estar unidos numa estrita relação. O espírito do lugar incorpora dessa forma, um carater plural e polivalente, podendo possuir diferentes significações e singularidades.³⁰

Da análise das Cartas mencionadas constata-se que não existe uma regra exclusiva para os diferentes tipos de intervenção. Deve-se avaliar o mais adequado a cada caso, visando não descaracterizar a identidade do sítio. Percebe-se que as questões relativas à preservação do património transformam-se segundo uma sequência que se desloca do monumento para a envolvente; da envolvente para o sítio histórico; e deste para o território. Apela-se ainda à manutenção dos monumentos e à sua adaptação a funções úteis à sociedade, sem que por esse meio seja admissível qualquer alteração substancial do elemento original.

4.3 Reversão de usos no património

Apresentando-se sempre como uma operação difícil e complexa de se realizar, a reversão de usos abrange uma série de características essenciais que se devem respeitar para que o património perdure no tempo. A importância da manutenção da "memória" do lugar e do edifício, poderá constituir o aspecto mais importante a alcançar. Independentemente do objetivo final ser a concretização de uma nova estrutura, com uma nova função, neste caso específico, direccionada para o turismo e cultura, a sua valorização depende precisamente do facto de estar integrada num edifício histórico, sendo por isso importante que a intervenção no património seja realizada com esse intuito.

Em Portugal, a recuperação de edifícios com recurso à reversão de usos remonta aos finais do século XIX³¹, onde as pousadas são um bom exemplo do destino dado a vários edifícios históricos dispersos pelo país, onde já era notória uma preocupação com o público. A concepção de

29 Declaração de Quebec, 2008, ponto 2.

30 Declaração de Quebec, 2008, ponto 3.

31 VENDA, Cátia Filipa Fidalgo de Sousa, Dissertação de Mestrado IST Lisboa 2008, p. 14

pousadas surge como alternativa aos denominados “ Palace Hotel “ que não eram mais que “salões de visita para os hóspedes mais ilustres e para meia dúzia de afortunados (...) em condições que a maioria não pode atingir .”³²

As várias abordagens de intervenção e os seus diferentes resultados apresentam-se como caminhos possíveis no campo da reconversão de usos, no entanto, não podem ser encarados como soluções únicas de intervenção no património, nem como as mais aconselháveis, mas sim como exemplos. A aprendizagem, a utilização da sabedoria que já foi utilizada no passado apenas pode contribuir para a construção de uma nova e mais completa maneira de actuar no Património, aprendendo, de igual modo, com as ações bem sucedidas assim como com os erros cometidos. “A prática de reutilização deveria ser objeto de uma pedagogia particular. Ela depende do bom senso, mas também de uma sensibilidade inscrita na longa duração das tradições urbanas e dos comportamentos patrimoniais”.³³

É de igual modo importante que, por se tratar de património, como portador de uma memória, de uma herança da nossa sociedade, qualquer tipo de erro, que coloque em causa o edifício ou a erradicação de momentos importantes da história que ele conta, seja evitado a todo o custo.

A semelhança entre os usos, entre o antigo e o proposto, não pode ser encarada como um factor atenuante da intervenção, pois esta requer o mesmo tipo de cuidado que qualquer outro tipo de obra executada sobre objetos patrimoniais. A importância não se centra no tipo de adaptação ou na semelhança de usos, mas sim no facto de se tratar de património, uma herança comum, cuja intervenção não poderá ser considerada de ânimo leve.

A singularidade que se constitui em cada edifício histórico requer uma abordagem única de intervenção no património, de métodos e critérios que conjugados resultem em mais uma fase construtiva que deve contribuir para a continuidade histórica do edifício, mas que acima de tudo, a intervenção valorize o significado inerente ao património edificado em questão. A adaptação de usos constitui, como qualquer tipo de intervenção no Património, uma “ciência” complexa que, sendo bem concretizada, pode de facto, proporcionar uma nova contribuição do património à sociedade atual.

³² LIMA, Francisco de, “Pousadas”. Tese apresentada no I Congresso Nacional de Turismo em Vila Nova de Gaia a 25 de Novembro de 1935. p. 4

³³ Françoise Choay – A alegoria do património. Lisboa: Edições 70, 2008. Pág. 193.

5. ANÁLISE A ESTUDOS DE CASO (projetos de referencia)

5.1 Forte de S. João Baptista, Vila do Conde, Porto, Portugal.

O Forte de S. João Batista, localiza-se na foz do rio Ave, na freguesia e concelho de Vila do Conde, no distrito do Porto e, encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º 47.984, publicado no Diário do Governo, I Série, n.º 233, de 6 de outubro de 1967.

Trata-se de uma Fortificação marítima, de arquitetura militar, de implantação urbana e isolada. A estrutura apresenta uma planta pentagonal com baluartes também pentagonais nos vértices, em “estilo Vauban”. As muralhas são de cantaria em talude, rematadas por parapeitos verticais. Em três dos cinco baluartes, erguem-se guaritas de cantaria, de planta quadrangular.

A sua construção terá tido início em 1570, embora o documento mais antigo a referir a sua construção esteja datado de 1573. As obras só seriam concluídas no contexto da Guerra da Restauração (1640-1668), sendo dadas como efetivamente concluídas a 28 de janeiro de 1641.

No contexto da Guerra Civil portuguesa (1828-1834), a sua localização estratégica impediu o desembarque das forças Liberais que acabaram por fazê-lo mais a sul. Findo o conflito, a fortificação perdeu o seu valor estratégico, vindo a ser desguarnecida e abandonada. A partir de então foi utilizada para o registo de entrada e saída de embarcações da barra do Ave.

Quase votado ao abandono no século XX, foi requalificado de 1982 a 1998 como unidade hoteleira (hotel de charme), com projeto dos arquitetos Paulo Lobo e Amadeo Mandolesi. O hotel foi inaugurado em 1999, com o nome de “Forte S. João”.



FIG. 21 – Fotografia aérea do Forte de São João Batista.

5.1.1 Análise da intervenção

A intervenção evidencia aspetos que a remetem para os critérios da unidade estilista nos seus princípios de autenticidade (materiais, aspeto estético) optando por repor a verdade histórica do imóvel. O projeto baseou-se na busca pelo original e a perfeição formal do edifício evidencia a manutenção completa do seu estado primitivo.

O edifício preexistente foi um elemento que, apesar da sua construção, respondia apenas à necessidade de armazenamento e defesa, e tinha medidas precisas na sua construção. Esta ideia de precisão é de destacar para obras com estas características, visto serem edifícios principais, no qual a função principal não era o embelezamento, mas sim o rigor da sua geometria. A estrutura original foi mantida, na sua grande maioria, verificando-se o estado original da preexistência. Os espaços foram pensados de forma a tirar partido dos materiais que constituíam a preexistência jogando com o contraste entre o granito e a composição dos interiores por meio da observação pontual da pedra.

A preexistência é um elemento compositivo no novo projeto, adquirindo o mesmo acabamento dos novos elementos que agora fazem parte da intervenção. Ou seja, a preexistência foi um ponto de partida para aquilo que

hoje se encontra no local, não pondo em causa a sua escala e o seu carácter.

5.2 Casa de Chá, Castelo de Montemor-o-Velho, Coimbra

Projetada por João Mendes Ribeiro, a Casa de Chá localiza-se no Castelo de Montemor-o-Velho. O Castelo é um monumento de arquitetura militar, localizado no concelho de Montemor-o-Velho, no distrito de Coimbra, em Portugal. Está implantado num local que apresenta vestígios de ocupação muito antiga, sendo conhecida a ocupação romana.

Em posição dominante sobre a Vila, na margem direita do Rio Mondego, à época junto à sua foz, no contexto da Reconquista Cristã da Península Ibérica constituiu-se num ponto estratégico na defesa da linha fronteiriça do baixo Mondego, em particular da região de Coimbra, sendo, por essa mesma razão, considerada a principal Fortificação da região.

Ao longo dos anos a perda progressiva do interesse militar deste tipo de estruturas foi ditando ou o abandono ou a sua utilização para outros fins, tendo existido, no seu interior, um cemitério, junto à igreja da Alcáçova, que foi retirado em meados do século XX. A partir daí tem vindo a ser conservado por meio de algumas obras entre as quais uma casa de chá no que resta do chamado Paço das Infantas. Está classificado como Monumento Nacional.



FIG. 22 – Fotografia aérea do Castelo de Montemor-o-Velho.

5.2.1 Análise da intervenção

Implantada entre as ruínas do Paço das Infantas, o projeto da Casa de Chá, de João Mendes Ribeiro, aposta no contraste entre a intervenção mínima do objeto e a da ruína que a circunda produzindo um edifício de linhas arquitetónicas simples pela combinação da simplicidade com a delicadeza conceptual e exercício de depuração formal. Um exemplo de enquadramento e aproveitamento de uma parte do castelo, onde permite contemplar a paisagem dando a sensação de fazer parte integrante do mesmo.

A edificação é marcada por alguns elementos maciços, nomeadamente: os planos horizontais que equivalem à cobertura e pavimento, unidos por um poliedro, que corresponde às áreas de serviço. Tal estrutura diz respeito a duas plataformas, suportadas por vigas de aço. Todo o piso está suspenso por estas vigas, como se a casa levitasse sobre o solo.



FIG. 23 – Fotografia da Casa de Chá de Montemor-o-Velho.

A casa de chá é o resultado da leitura da envolvente (ruína), da simplificação absoluta e da redução linguística à essência construtiva do edifício. Percebe-se a sensibilidade e o cuidado neste projeto ao procurar potenciar as principais qualidades do local, conseguindo simultaneamente introduzir novas valências sem diminuir a identidade do lugar.

Existe uma relação entre a estrutura preexistente e o novo volume que estabelece um edifício ajustado à singularidade e escala da fortificação, simbiose que se desenvolve num volume que evita a imposição com o existente. Destaca-se a materialidade oposta em que distingue o novo do antigo estabelecendo uma relação dos dois que permite construir um tempo com elementos diferentes na sua composição, provocando sensações de justaposição temporal.

5.3 Considerações dos estudos de caso

Das intervenções analisadas evidencia-se a articulação de uma linha de pensamento que procura o estabelecimento de uma correlação entre a estrutura preexistente e a proposta de intervenção. É estabelecida uma abordagem que sublinha as relações com o sítio e respetivo contexto, e aprofunda a integração entre a intervenção, o local e paisagem. As propostas ajustam-se à singularidade e escala da fortificação, para além do local, evitando a imposição com o existente.

Verificou-se uma articulação entre o processo de intervenção dos sítios com vista a uma intervenção coerente, devidamente inserida no lugar, respeitando as preexistências. As intervenções implementadas no respetivo contexto traduzem-se na sua reinterpretação, marcada pela necessidade de apreensão do conhecimento sobre o sítio.

Evidenciou-se também uma diversidade nas soluções arquitetónicas implementadas, consequência das estratégias adotadas, que poderão ajudar a compreender os processos inerentes à transformação do sítio, a partir das preexistências.

6. PROJETO DE INTERVENÇÃO

6.1 Justificação da proposta

A presente proposta incide sobre, a Fortaleza do Beliche em Sagres, e o desejo de realizar uma proposta de intervenção que dê uma nova vida ao monumento degradado pelo tempo, potenciando toda a história que este transporta, dando-lhe visibilidade e a importância devida.

Esta Fortificação possui uma carga simbólica muito importante, especialmente a nível local, mas também a nível regional e até nacional. A sua localização e, a ligação que estabelece com a envolvente apresenta uma elevada beleza quer natural e paisagística quer histórico-cultural e patrimonial.

Sem descuidar as características formais, procura-se ajustar um programa que permite projetar para o futuro sem ignorar o legado das gerações passadas. O programa apresentado para a proposta de projeto, parte da vontade de encontrar uma solução que se enquadre de forma harmoniosa com as pré-existências e preserve a identidade e a história, através da reabilitação, mas também proceder a transformações de uso que complementam e viabilizam o projeto, com o intuito de criar novas vivências capazes de gerar fluxos de pessoas que venham a contribuir para o desenvolvimento do local.

6.2 Memória descritiva

Tema: Centro de Interpretação e Reabilitação do Forte do Beliche – Sagres

Local: O Forte do Beliche localizado junto à EN 268, no sentido Sagres – Cabo de São Vicente, na freguesia de Sagres, concelho de Vila do Bispo.

6.2.1 Introdução

Após uma interpretação e avaliação do estado geral do Forte do Beliche, a proposta visa essencialmente, a reabilitação e reconversão de usos, contemplando todas as especificidades e condicionalismos que isso implica, por forma a conjugar uma imagem do passado com as necessidades

funcionais e específicas do presente, sem omitir a leitura de todas as épocas do monumento no seu todo.

Pretende-se com esta proposta criar condições ótimas e adequadas, e devolver à comunidade um lugar ímpar, de uma beleza extraordinária e cheio de memórias históricas, contribuindo assim para um maior enriquecimento e divulgação do nosso património histórico e cultural.

O programa assenta no princípio de que qualquer intervenção na fortificação deveria sublinhar as relações com o sítio e respetivo contexto, aprofundando a integração entre a intervenção, o local e paisagem. Estabeleceu-se uma estratégia programática que considera na reabilitação e, ajustar um novo volume sobre uma pré-existência. O projeto estrutura-se no estabelecimento de uma correlação adequada entre a estrutura pré-existente e o novo corpo semi-enterrado. Essa simbiose desenvolve-se com uma linguagem contemporânea, promovendo uma leitura e significado do monumento.

Em termos gerais, a intervenção pretende criar condições para que o monumento se possa manter preservado e visitável, assim como garantir a harmonia do conjunto onde insere e resolver em definitivo todos os problemas a que o lugar está sujeito.

6.2.2 Integração do Forte no local

6.2.2.1 Topografia

Implantado no topo da falésia, numa cota de 56 metros acima do nível do mar, ao fundo da baía de Beliche, o interior da fortificação apresenta um desnível de aproximadamente 1.50m de Norte para Sul.

6.2.2.2 Pré-existências

Muito sucintamente, importa referir que as principais pré-existências do Forte do Beliche remontam a uma reconstrução por determinação de Filipe IV de Espanha (1621-1665). No final da década de 1950, pela então Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, face ao estado de degradação que o Forte se encontrava e, tendo em vista as comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique (1960), foi então requalificado como pousada, construindo-se, por volta de 1960, os diversos

equipamentos de apoio à actividade hoteleira, como o restaurante e o edifício destinado a hospedagem.

Nesta intervenção, levada a cabo pela DGEMN, foram utilizadas técnicas e materiais típicos usados à data, nomeadamente, alvenaria de tijolo, pedra, madeira, telha portuguesa, blocos de pedra não aparelhados envolvidos por argamassa do tipo arenoso, para enchimento das cortinas do forte e dos baluartes, existindo também blocos aparelhados para apoio da barbeta, alvenaria de pedra e silharia no revestimento das paredes.

Na década de 90, após o encerramento da pousada e consequente abandono, por motivos de instabilidade da falésia orientada a Nascente, sob a capela, verificou-se um acentuado nível de degradação em todo o edificado.

Em 2012 a Câmara Municipal de Vila do Bispo, após ter tomado posse do Forte, executou algumas obras de escassa relevância, que poderemos classificar de “fachada”, tendo incidido sobretudo na limpeza geral do espaço, remoção de arbustos, trepadeiras e ervas daninhas dos panos de muralhas, reparação pontual da muralha, rebocos exteriores do edificado, pintura exterior, substituição de algumas telhas e replantação de algumas secções com relva. No interior do edificado foram executadas pequenas obras de reparação de rebocos e pintura, apenas na receção, instalações sanitárias e sala do restaurante.

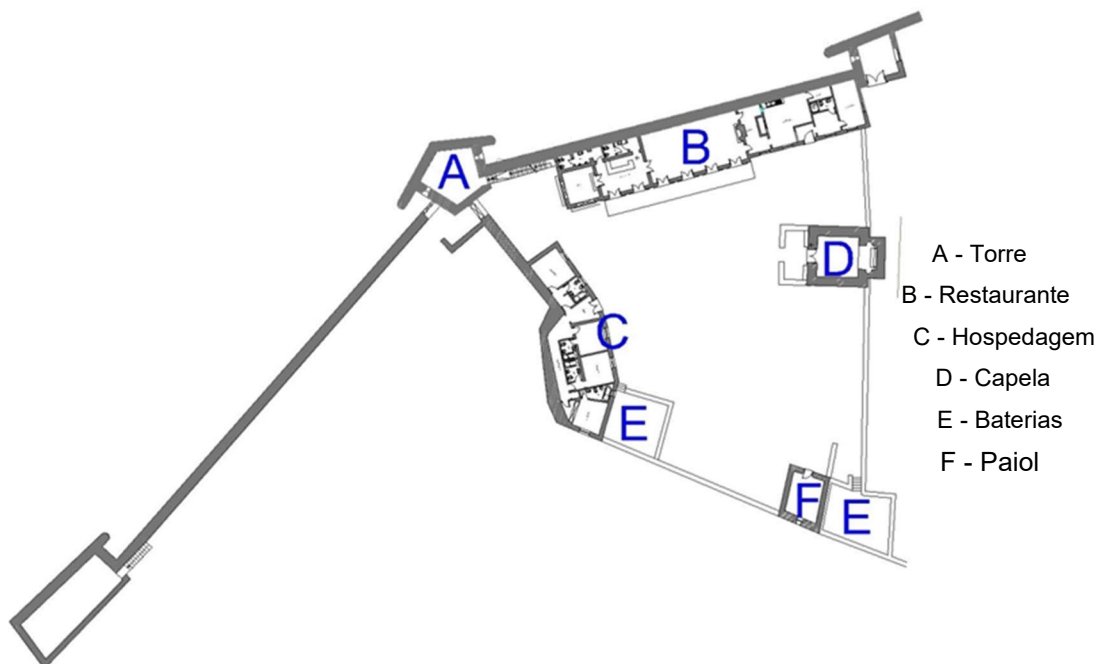


FIG. 24 – Planta atual do Forte do Beliche.

6.2.2.3 Envolvente

O lugar da intervenção caracteriza-se essencialmente por ser uma zona rural, inserido em pleno Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, situado a cerca de 3,5 Km de Sagres e 1,7 Km do Cabo de São Vicente.

A carga simbólica do lugar, a presença de espécies botânicas (plantas) raras, sobretudo na zona do cabo São Vicente, a variada avifauna nidificante, e o importante corredor de passagem para numerosas aves, são fatores determinantes no desenvolvimento da proposta de intervenção.

6.2.3 Princípio de intervenção

6.2.3.1 Princípio de intervenção sobre a muralha

Face ao estado atual de degradação da muralha, resultante da falta de manutenção ao longo do tempo, pretende-se com esta intervenção proceder a um conjunto de ações que permitem recuperar, conservar e preservar os componentes construtivos que constituem a muralha, por forma a garantir a sua preservação e a restituir-lhes uma imagem digna e adequada à sua natureza histórica.

A intervenção contempla essencialmente trabalhos de limpeza e desinfestação dos herbáceos existentes, aplicação de biocida, picagem de juntas, limpeza de cantaria, tratamento de juntas e de suportes em cantaria.



FIG. 25 – Fotografia do Forte – muralha exterior.

6.2.3.2 Princípio de intervenção sobre os edifícios existentes

A situação mais problemática e, conseqüentemente a de maior impacto que poderá gerar maior discussão e divergentes opiniões, prende-se com a necessidade de demolir o edifício destinado a hospedagem e construir um novo volume (semi-enterrado), sobre a pré-existência. Salientando-se o fato de se preservar grande parte da muralha, visto que o edifício projeta-se sobre a mesma em direcção ao oceano.

O novo edifício será destinado a Centro de Documentação e Informação, sendo constituído por dois espaços, um núcleo interativo de documentação histórica/cultural e, outro para receber o espólio museográfico relacionado com o património histórico e arqueológico do município.



FIG. 26 – Fotografia do edifício de hospedagem.

A intervenção proposta para o edifício que funcionava com restaurante visa essencialmente introduzir alterações ao nível do interior de modo a proporcionar as condições necessárias de adaptabilidade, tendo em vista a mudança do uso de restaurante para Centro de Interpretação, Cafetaria e Instalações Sanitárias. Neste caso a proposta tem um impacto pouco relevante, até porque, ao nível do exterior será mantido toda fachada e cobertura, com alterações pontuais em apenas três vãos.



FIG. 27 – Fotografia do restaurante.

Para a torre e paiol, pretende-se apenas sujeitar os edifícios a obras de reabilitação e adaptabilidade à nova função, tendo em vista criação de dois espaços destinados a exposição permanente, dedicada essencialmente à história desta fortificação e ao seu espólio.



FIG. 28 – Fotografia da torre, vista do interior do Forte.



FIG. 29 – Fotografia do Paiol.



A capela, por se encontrar em risco de derrocada, é necessário investigar e estudar técnicas viáveis e sustentáveis de consolidação da falésia de modo a estabilizar os efeitos erosivos, remetendo-nos assim para obras, da a área das engenharias, civil e geologia.

FIG. 30 – Fotografia da Capela.

6.2.4 Projeto de intervenção

O conceito subjacente ao projeto que suporta a concretização funcional/programática e formal da proposta, apoia-se na ideia de reabilitar o imóvel e devolver à comunidade local e visitantes um monumento de excelência do ponto de vista arquitetónico, visando a promoção cultural e histórica.

A solução proposta, procura uma harmonia com a escala envolvente e as cartas, recomendações internacionais e fundamentos teóricos de conservação e restauro.

A génese da proposta é a reabilitação do Forte e zona envolvente, mas também a adaptação a um novo uso racionalmente justificado, sendo este o melhor processo para conservar um edifício considerado de interesse público e, manter o monumento vivo na comunidade, criando rituais de utilização que façam sentido contemporâneo. Nesse contexto, pretende-se intervir de forma efetiva nos espaços identificados na figura 31.

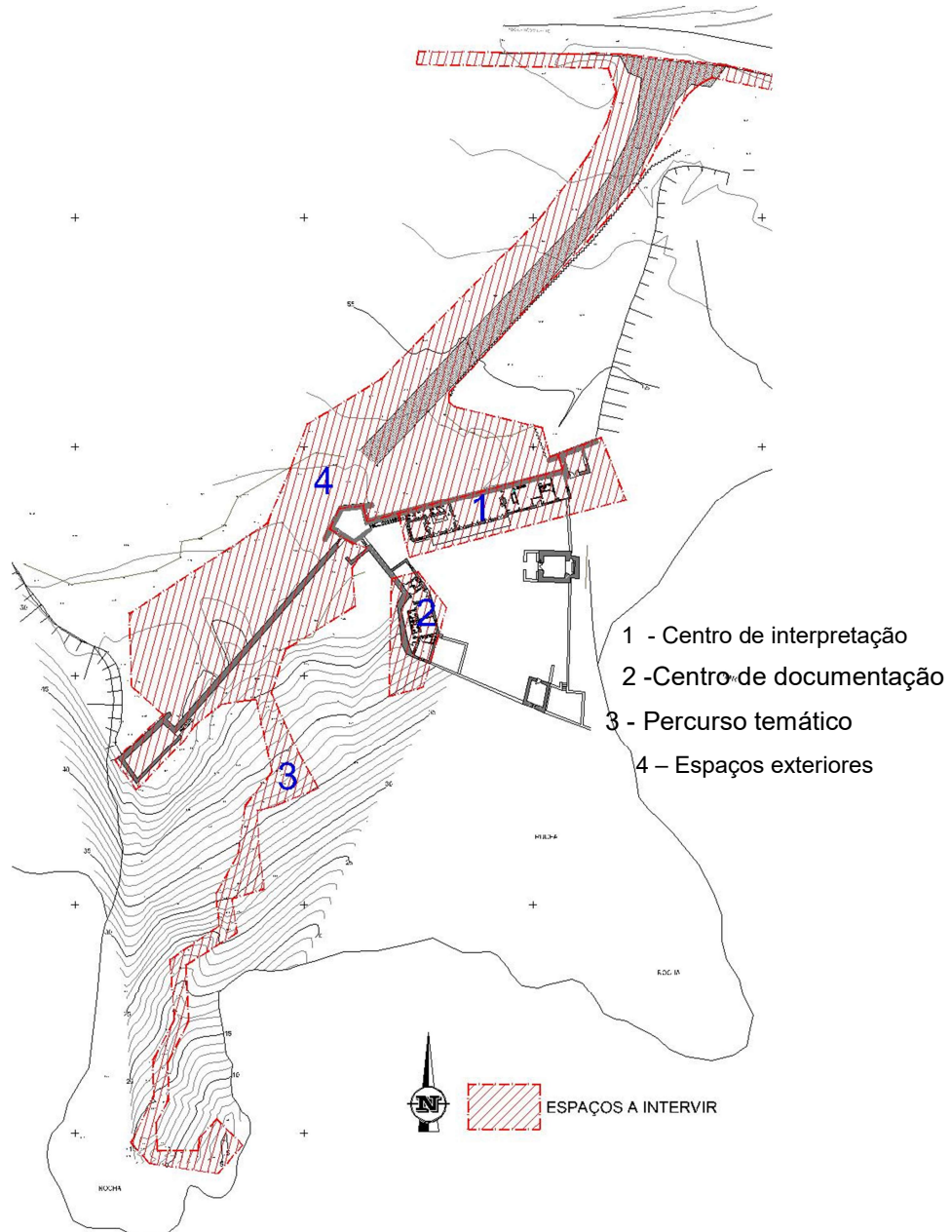


FIG. 31 – Planta de implantação com a identificação dos espaços a intervir.

6.2.4.1 Centro de Interpretação

Para o edifício que funcionava como restaurante, propõe-se como alteração a introdução de um espaço de receção aos visitantes, uma sala para exposições temporárias (relacionadas essencialmente com os descobrimentos portugueses), uma cafetaria, instalações sanitárias e depósito da sala de exposições. Neste edifício a alteração ao nível do interior é total, a cobertura mantém-se inalterada e os alçados com alterações pontuais em apenas três vãos.

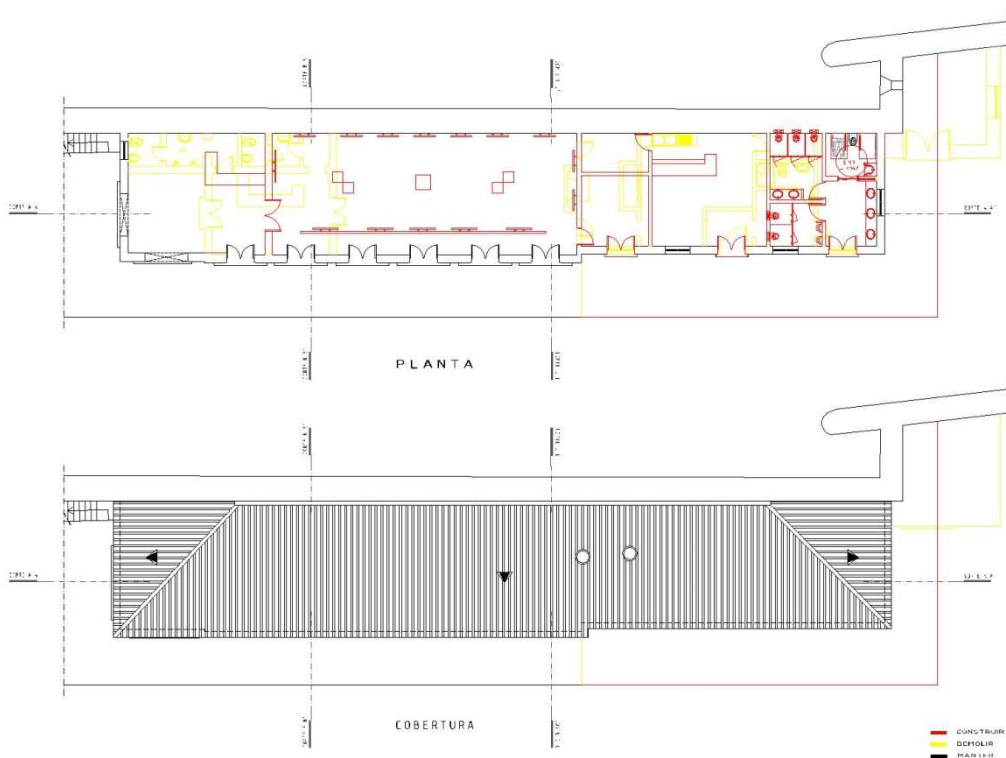


FIG. 32 – Planta de alterações do centro de interpretação.

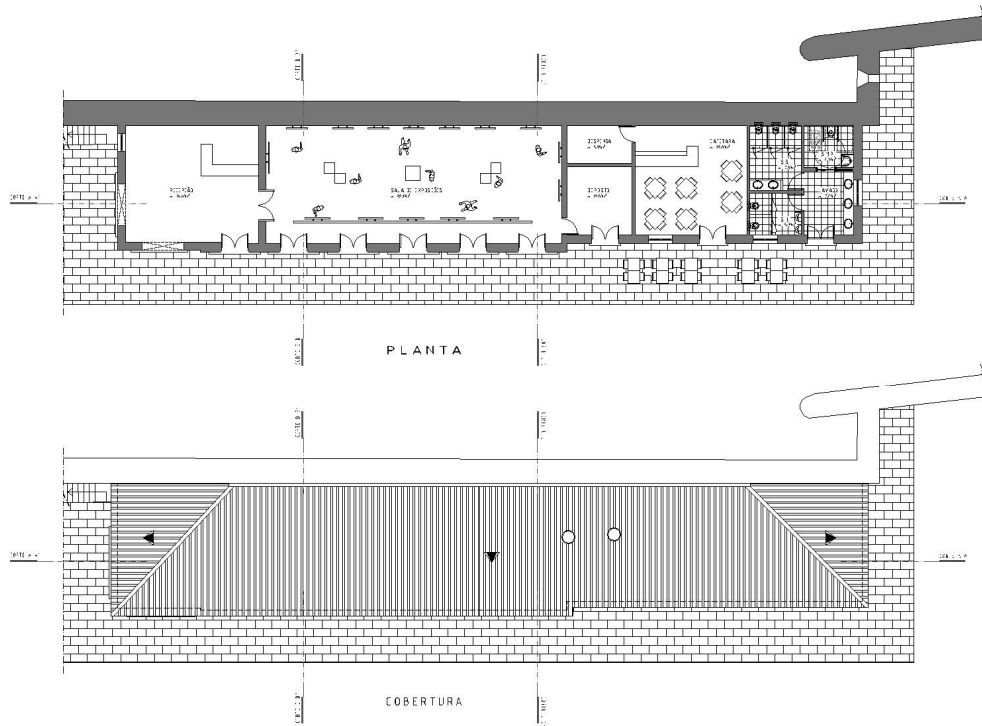


FIG. 33 – Planta da proposta do centro de interpretação.

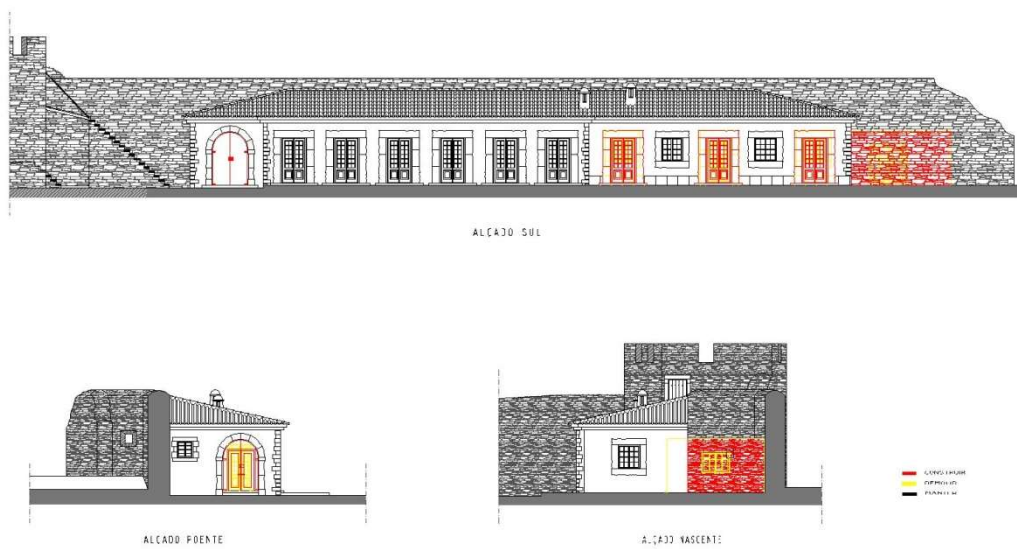


FIG. 34 – Alçados com alterações - centro de interpretação.

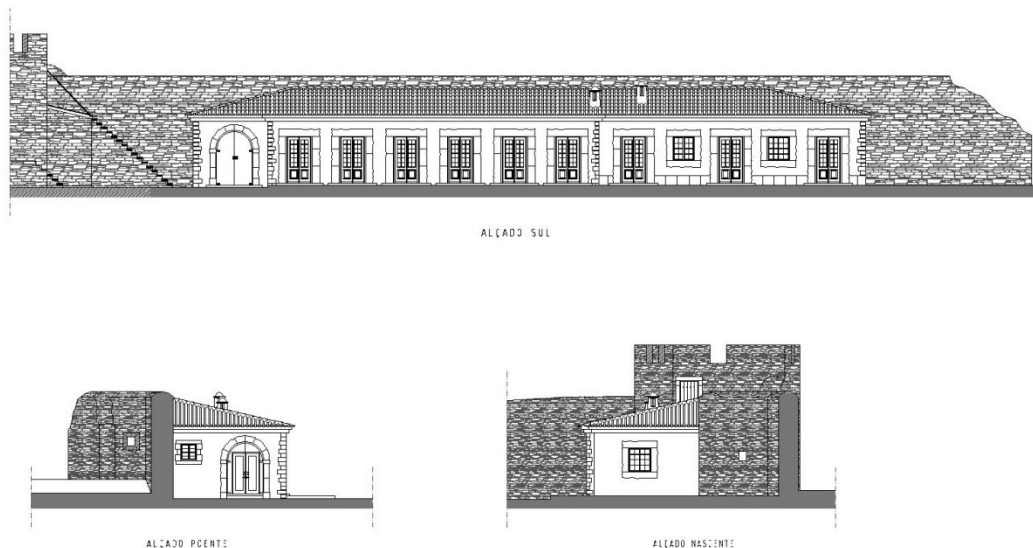


FIG. 35 – Alçados propostos - centro de interpretação.

6.2.4.2 Centro de Documentação e Informação

No edifício que serviu de pousada pretende-se criar dois espaços, um destinado a núcleo interativo de documentação histórica/cultural e, outro para receber o espólio museográfico relacionado com o património histórico e arqueológico do município. A distribuição dos espaços é feita a partir da receção, que se encontra praticamente à cota do antigo edifício. O piso semi-enterrado será destinado a espaço interactivo e o piso superior à museografia, tendo ainda um gabinete e uma instalação sanitária para a direção.

O novo edifício será edificado na mesma base, com uma área de implantação muito aproximada à do existente, com dois pisos, sendo o piso inferior semi-enterrado, enquanto que o superior projectar-se-á para além das muralhas enquadrando a paisagem numa única janela.

Com este conceito sugere-se um edifício funcional e que dê cumprimento à proposta, mas que mantenha as evidências primitivas da base da muralha.

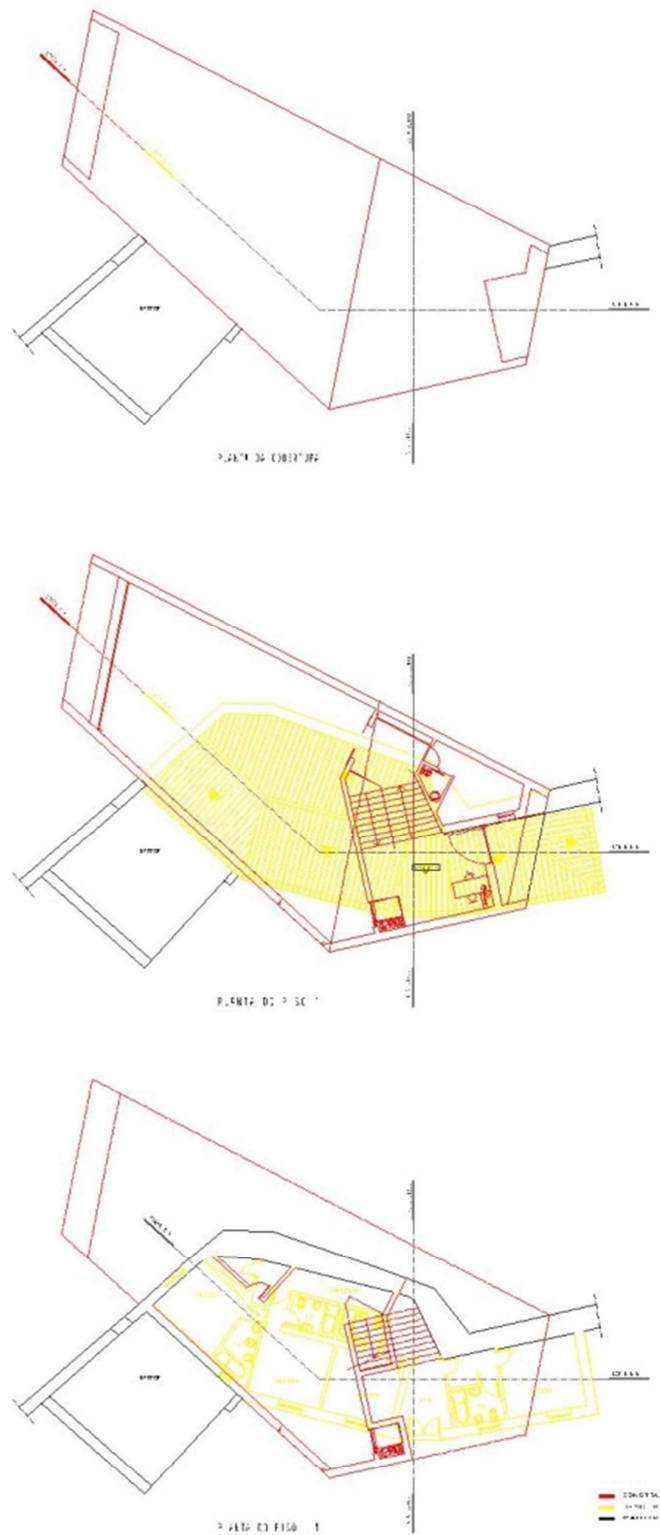


FIG. 36 – Plantas de alterações - centro de documentação.

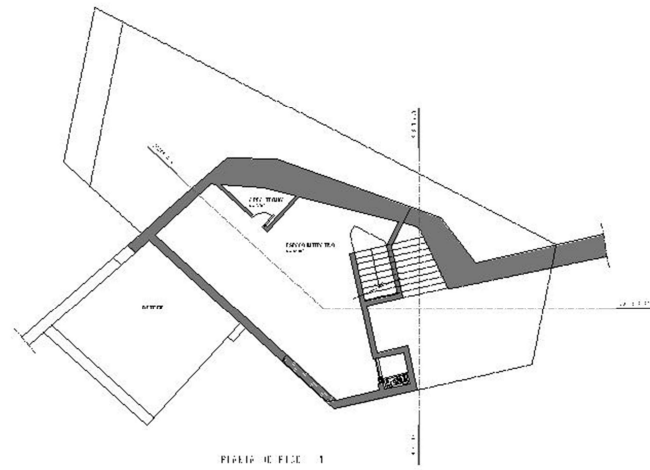
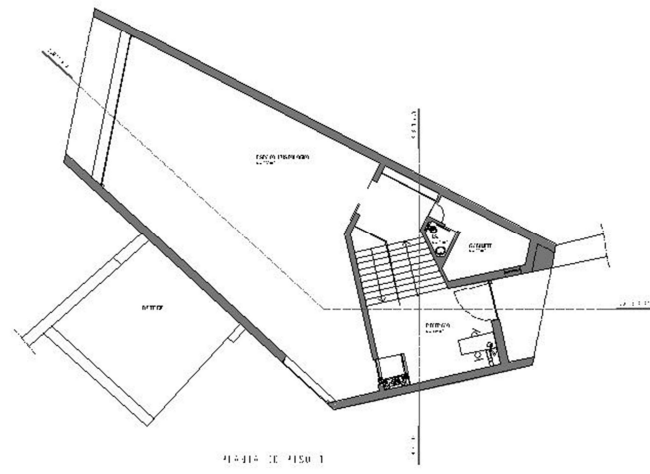
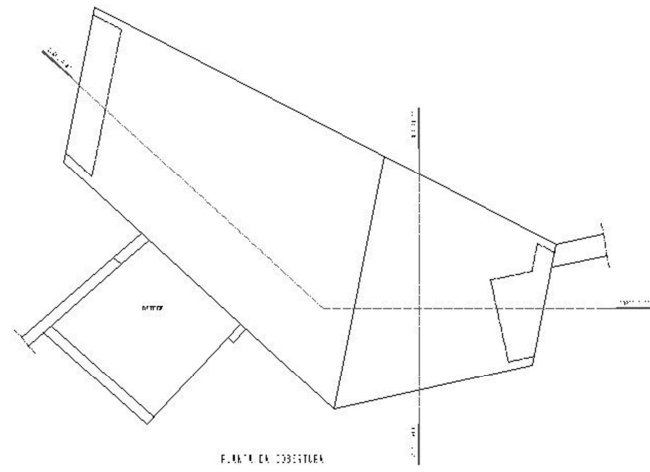


FIG. 37 – Plantas de alterações - centro de documentação.

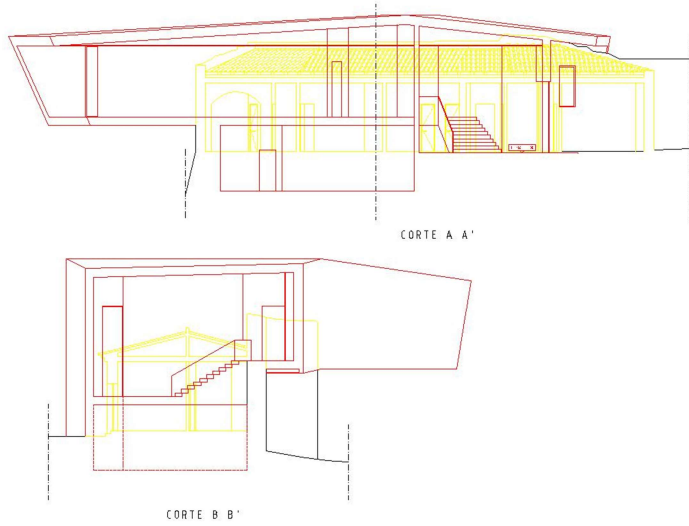


FIG. 38 – Cortes da alteração - centro de documentação.

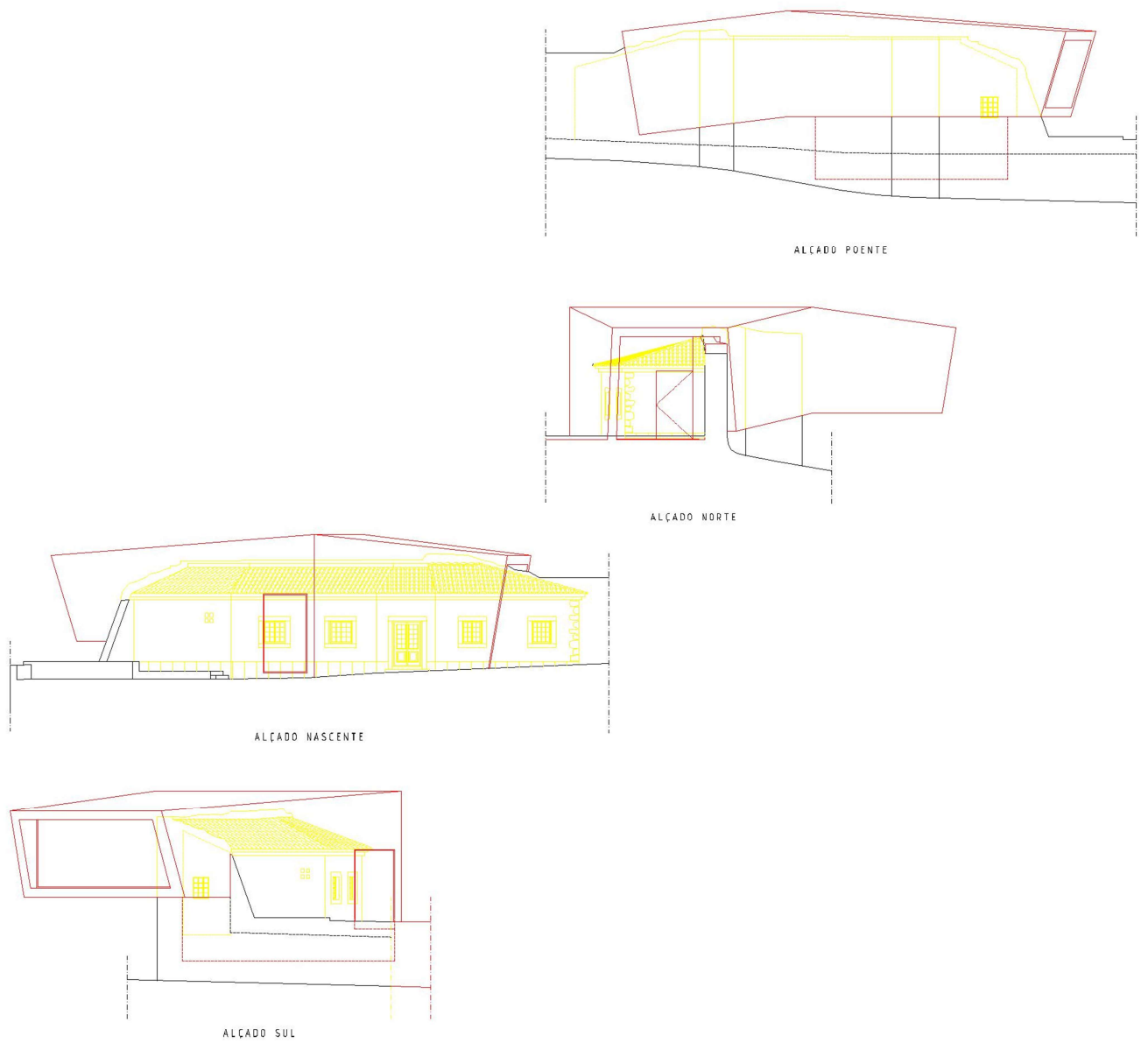


FIG. 39 – Alçados da alteração proposta - centro de documentação.

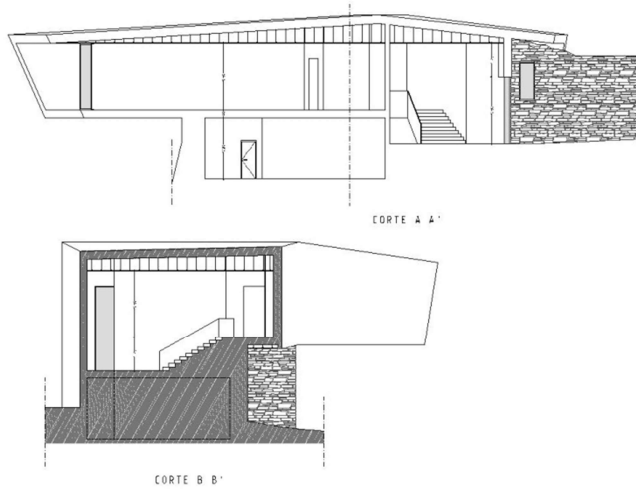


FIG. 40 – Cortes da proposta - centro de documentação.

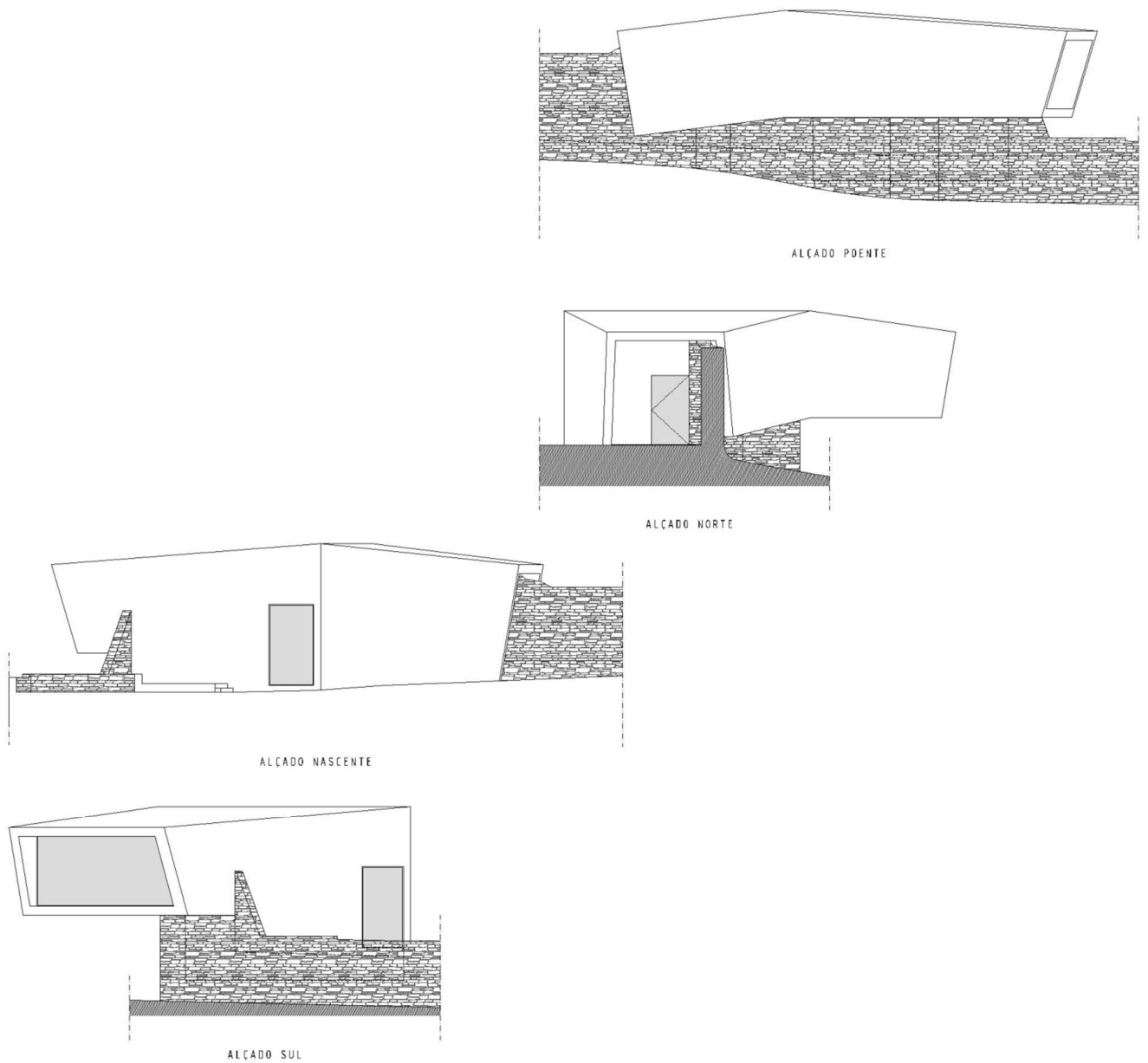


FIG. 41 – Alçados propostos - centro de documentação.



FIG. 42 – Imagem tridimensional do centro de documentação - vista do alçado nascente.

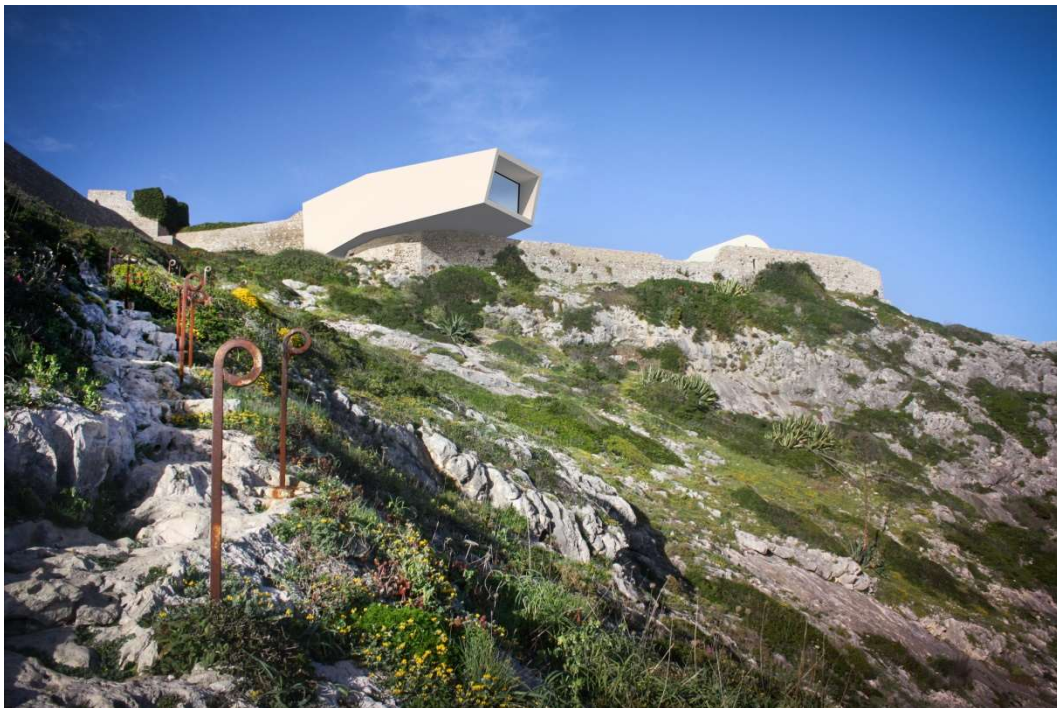


FIG. 43 – Imagem tridimensional do centro de documentação - vista a partir do ancorador.



FIG. 44 – Imagem tridimensional do centro de documentação - vista da entrada.



FIG. 45 – Imagem tridimensional do centro de documentação - vista do interior para baía do Beliche.

6.2.4.3 Percurso Temático

Tendo em atenção que muitos visitantes deste Forte se aventuram a fazer um percurso sobre as rochas até ao ancorado sem o mínimo de condições de segurança, sugere-se criar um novo percurso desde a entrada das muralhas até ao antigo cais (ancorador) através de um passadiço de madeira, composto por três patamares temáticos, que para além de proporcionar um sítio onde se possa descansar ao longo do percurso, tenha algo de interessante para oferecer e informar os visitantes sobre o sítio, nomeadamente:

- Fauna e flora marinha;
- Geologia e formação rochosa;
- Observação e informação sobre aves migratórias.

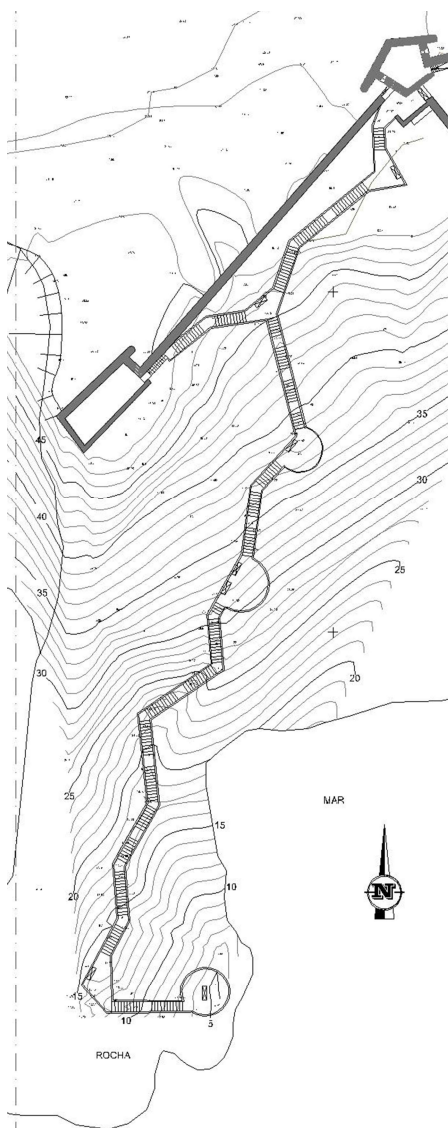


FIG. 46 – Traçado do percurso temático

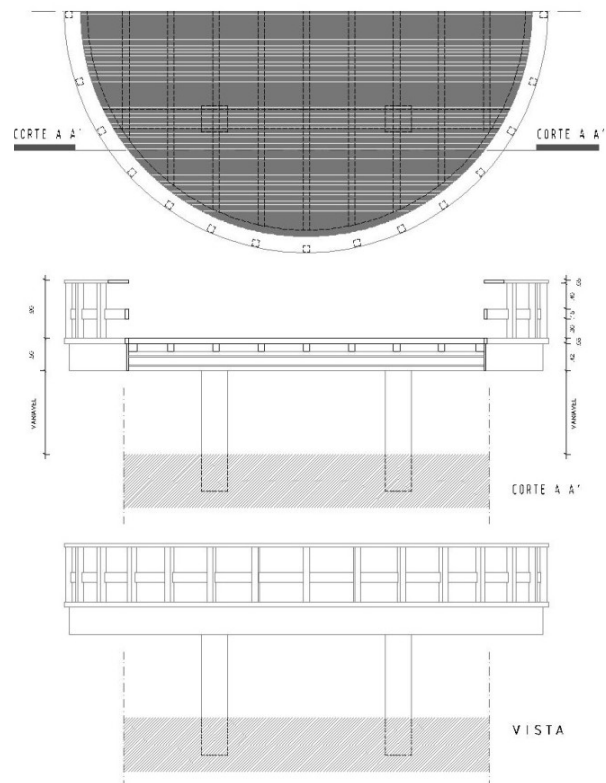


FIG. 47 – Pormenor do tipo dos patamares temáticos

6.2.4.4 Espaços Exteriores

6.2.4.4.1 Análise do existente

O espaço de intervenção apresenta elevada beleza quer natural e paisagística quer histórico-cultural e patrimonial. A imagem que a área de intervenção possui actualmente torna-se pouco atractiva à sua utilização e visita, o espaço encontra-se bastante degradado, desprovido de qualquer tipologia e função, apresenta-se fundamentalmente como um espaço amplo e desorganizado, com a presença de pavimentos em elevado estado de degradação, denegrindo o monumento a si associado como também a paisagem envolvente.

Embora possua um lugar de destaque nesta linha de costa com imensa importância histórico-paisagística, as suas potencialidades encontram-se subaproveitadas, quer pela degradação geral de todo o espaço, quer por falta de equipamentos e infra-estruturas de usufruto da paisagem (infra-estruturas de estadia, miradouros, etc.), ou mesmo por total ausência de uma imagem de ordenamento, que faça deste magnífico espaço mais um pólo de atracção nesta zona.

6.2.4.4.2 Proposta

Pretende-se com esta intervenção, proporcionar na área de intervenção condições mais aprazíveis para o recreio e lazer, através da criação e organização de vários espaços com tipologias e usos diferenciados e diversificados, tendo em conta a sensibilidade da paisagem natural envolvente como também o monumento que caracteriza toda a área de intervenção.

Como foi referido anteriormente, a área de intervenção divide-se em vários espaços com tipologias diferenciadas, nomeadamente, o acesso ao Forte do Beliche; a zona de estacionamento e inversão; a área de estadia de contemplação do Forte do Beliche e o acesso e percurso ao ancoradouro e miradouro do Forte do Beliche.

Pretende-se com esta requalificação uma coerente e harmoniosa articulação entre o histórico, o natural e o contemporâneo através de linhas sóbrias e regulares de modo a valorizar todo o conjunto. Por outro lado, pretende-se promover uma mobilidade funcional, quer viária quer pedonal,

originando à área de intervenção maior organização e funcionalidade, dotando-a de uma imagem mais agradável e cativante à sua visita, estadia e contemplação.

Propõe-se a utilização de pavimentos coerentes e permeáveis, de modo a marcar e identificar os percursos e os diferentes espaços.

Propõe-se também em toda a área de intervenção iluminação, isto é, na envolvente ao Forte do Beliche e percurso para o miradouro e ancoradouro iluminação de carácter maioritariamente cénico, e em toda a área da entrada, incluindo o percurso desde a estrada principal até ao Forte do Beliche propõe-se iluminação com carácter público e de apoio.

6.2.4.4.3 Zona de estacionamento

Tendo em conta a desorganização existente a nível de estacionamento, propõe-se uma bolsa de estacionamento com a lotação de 13 viaturas e dois lugares de estacionamento para pessoas com mobilidade condicionada.

A zona de estacionamento localiza-se no início da área envolvente ao Forte do Beliche para permitir a restante área ao uso e contemplação em segurança, como também promover e dignificar a imagem do forte.

6.2.4.4.4 Zona de estadia

Para a zona de estadia propõe-se a construção dos muretes em pedra da região e com capeamento em algumas zonas com material reciclado, originando assim um murete/banco para descanso e contemplação do monumento e da paisagem envolvente.

É proposto, a construção dos muretes no sentido de definir melhor os espaços, como também promover uma maior segurança, isto é, delimitar o acesso dos utentes ao topo da arriba, tendo em conta a sua fragilidade.

A implantação dos muretes não se prolonga muito junto à arriba, por questões de segurança. Este espaço de estadia destina-se à contemplação do Forte do Beliche, uma vez que a contemplação do horizonte marítimo e da linha de costa poderá ser feito através, do percurso ao ancoradouro e ao miradouro do forte.

Pretende-se, assim, incentivar os visitantes a entrar e explorar a entrada do Forte do Beliche, e não apenas permanecerem na área de acesso.

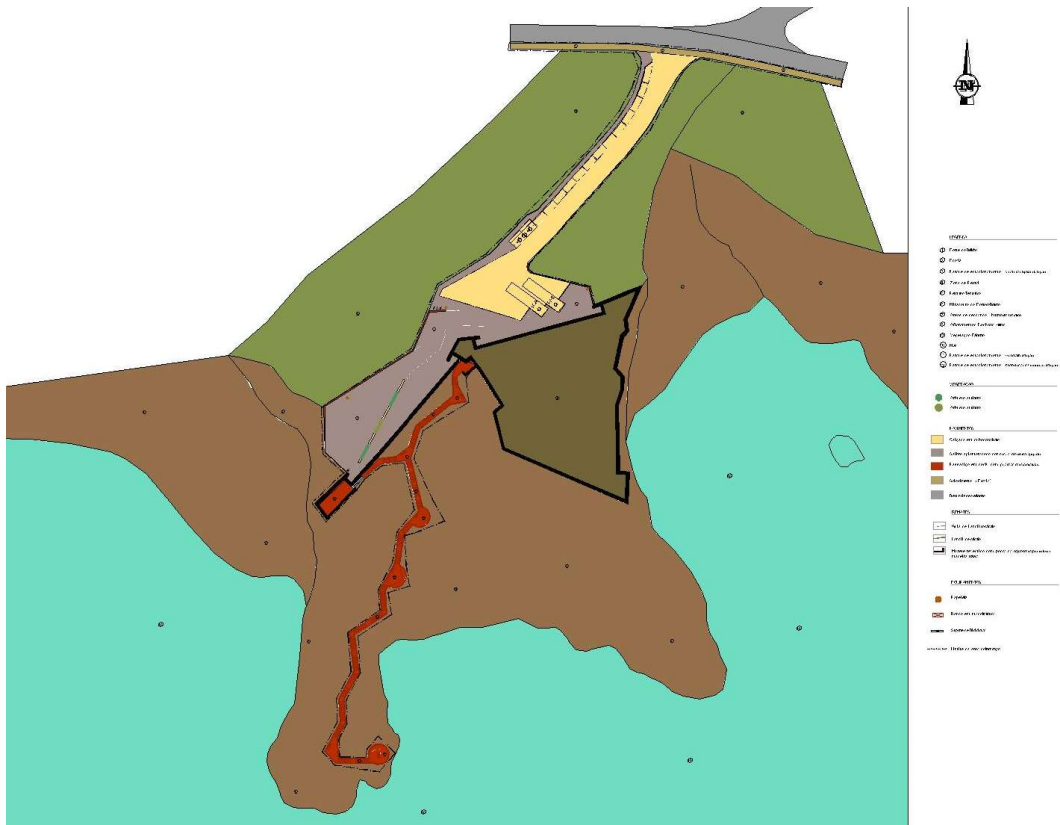


FIG. 48 – Planta geral do arranjo dos espaços exteriores.

Uma peça de arquitectura é como um desenvolvimento de linguagens.
Escrevê-las, um esforço; melhorá-las, um enriquecimento; lê-las, depois
(neste caso), um privilégio.

Manuel Graça Dias

*in Prémio Secil Arquitectura 1994: Escola Superior de Comunicação
Social, João Luís Carrilho da Graça. 1ª Edição. Lisboa: Secil, 1994, p. 21.*

6.2.4.5 O Forte do Beliche

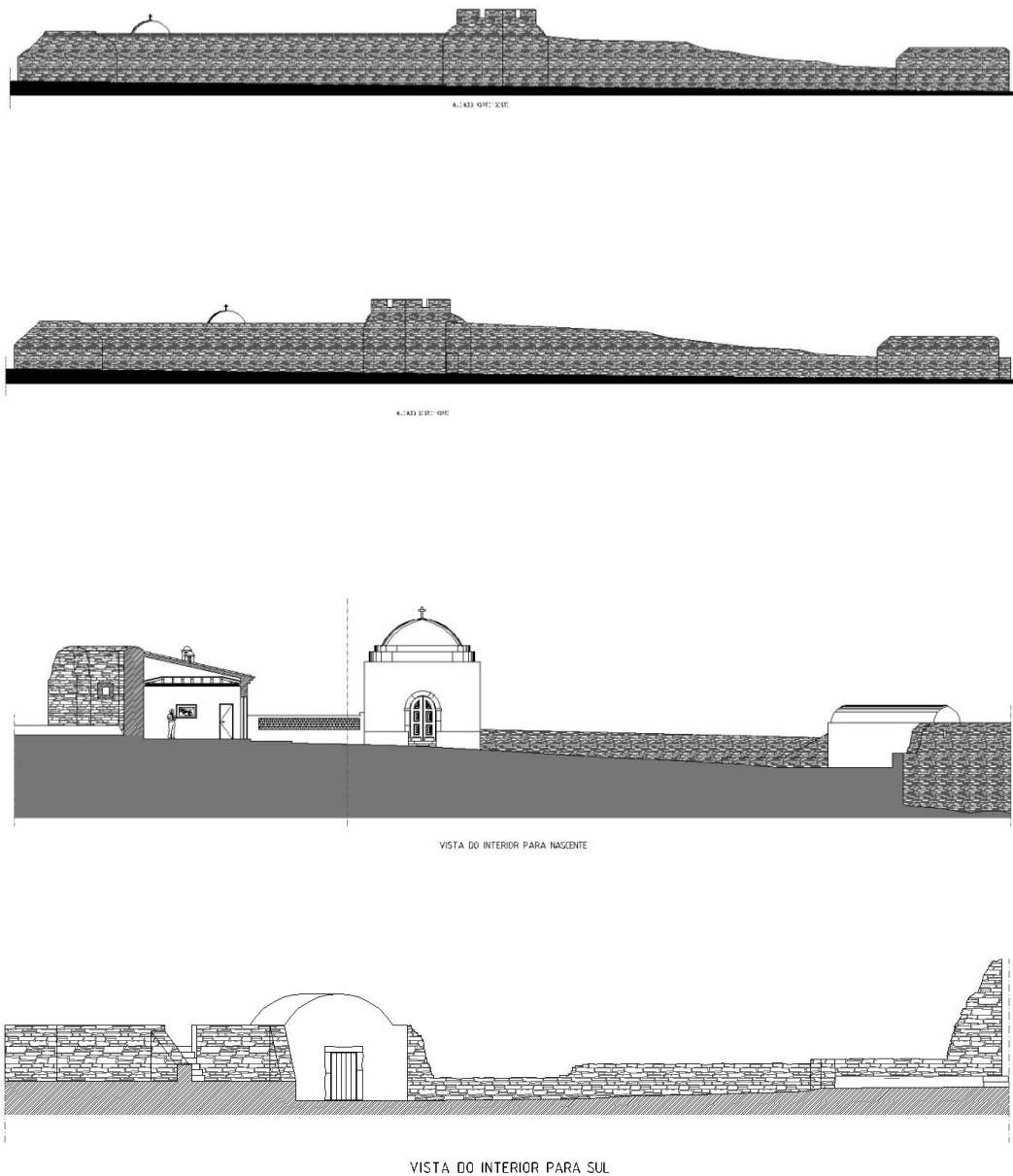


FIG. 49 – Vistas do Forte do Beliche.

7 CONCLUSÃO

O tema aqui estudado, que se prende à reabilitação e reconversão do património monumental, é muito complexo e para a qual concorrem fatores distintos. A ideia de defesa e salvaguarda do património cultural, cada vez mais alargada e generalizada de manutenção das expressões do passado histórico condiciona a criatividade e a adaptabilidade dos monumentos a usos diferentes.

É certo que há muito tempo se utilizam edifícios, quer seja pela necessidade de espaços diferentes ou para manter edifícios que fazem parte da imagem urbana mas que já não conseguem manter a sua função original.

Na proposta de intervenção para o Forte do Beliche está implícito que não se deve condenar um edifício, quer seja ele monumental ou não, à sua ruína justificando que não devemos “tocar” em testemunhos da civilização do passado, só porque deles depende a nossa memória colectiva.

Sem descurar as características formais, procurou-se ajustar um programa que permite projetar para o futuro sem ignorar o legado das gerações passadas. O programa apresentado assentou vontade de encontrar uma solução que se enquadre de forma harmoniosa com as pré-existências e preserve a identidade e a história, através da reabilitação, mas também proceder a transformações de uso que complementam e viabilizam o projeto, com o intuito de criar novas vivências capazes de gerar fluxos de pessoas que venham a contribuir para o desenvolvimento do local

8 BIBLIOGRAFIA

- BARROCA, J. (2004) Fortificações e povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI), in Revista Portugália, Nova Série, Vol. XXV, Porto, FLUP.
- CALLIXTO, Carlos Pereira, "As fortificações marítimas dependentes da Praça de Sagres, Forte de Nossa Senhora da Guia da Baleeira", Revista de Marinha, ano 50, n.º 752.
- COUTINHO, Valdemar, "CASTELOS, FORTALEZAS E TORRES", da Região do Algarve, Faro, Editora: Algarve em Foco 1997.
- CORREA, Fernando Cecílio Calapez, A cidade e o termo de Lagos no período dos reis Filipes, Centro de Estudos Gil Eanes, Lagos, 1994.
- CRUZ, Irene. "Forte de S. João deu lugar a uma pousada de luxo / Oposição acusa Câmara de esquecer o essencial". "Jornal de Notícias", 19 de agosto de 1998.
- DGEMN, Monumentos de Sagres, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº 100, Lisboa, 1960.
- Françoise Choay – A alegoria do património. Lisboa: Edições 70, 2008.
- Fundamentação teórica do Restauro”, Tradução: António de Borja Araújo, 2003.
- GARCIA, José Manuel; CUNHA Rui; (1990), Sagres; Câmara Municipal de Vila do Bispo.
- JESUS, Artur; Guia Informativo; Câmara Municipal de Vila do Bispo.
- JESUS, Artur Vieira de; (2005); Vila do Bispo, uma viagem pela sua História.
- MARTINS, José António de Jesus, A freguesia da vila de Sagres. Estudo histórico monográfico, Sagres, Junta de Freguesia de Sagres, 2000.
- Natércia Magalhães, Algarve, Castelos, Cercas e Fortalezas.
- Nunes, A. (2005). Dicionário Temático de Arquitetura Militar e Arte de Fortificar, Lisboa, Editora Caleidoscópio.

DOCUMENTAÇÃO ELETRÓNICA

<https://www.cm-viladobispo.pt> (Câmara Municipal de Vila do Bispo)

<https://www.cultalg.pt> (Direção Regional de Cultura do Algarve)

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes

http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=667&muda_idioma=PT

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Sagres_\(Vila_do_Bispo\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Sagres_(Vila_do_Bispo))

<http://promontoriodesagres.pt/sobre-o-promontorio/mapa-interactivo/>

<http://www.sagres.net/sites/portugues/historia-patrimonio-sagres.htm>

<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream%20casaC3%A1%20em%20Montemor-o-Velho.pdf>

9 ANEXOS

ANEXO I – Desenhos técnicos da proposta

ANEXO II – Imagens tridimensionais

9 ANEXOS I

PEÇAS DESENHADAS

Planta de localização	f. 01
Planta de implantação com delimitação dos espaços a intervir	f. 02

Centro de Interpretação:

Planta do piso e cobertura - Existente	f. 03
Cortes - Existente	f. 04
Alçados - Existente	f. 05
Planta do piso e cobertura - Alteração	f. 06
Cortes - Alteração	f. 07
Alçados - Alteração	f. 08
Planta do piso e cobertura - Definitivo	f. 09
Planta cotada do piso e cobertura - Definitivo	f. 10
Cortes - Definitivo	f. 11
Alçados - Definitivo	f. 12

Centro de Documentação e Informação/Biblioteca:

Planta do piso - Existente	f. 13
Planta da cobertura - Existente	f. 14
Cortes - Existente	f. 15
Alçados (Nascente e Sul) - Existente	f. 16
Alçados (Poente e Norte) - Existente	f. 17
Planta do piso 1 - Alteração	f. 18
Planta do piso - 1 - Alteração	f. 19
Planta da cobertura - Alteração	f. 20
Cortes - Alteração	f. 21
Alçados (Nascente e Sul) - Alteração	f. 22
Alçados (Poente e Norte) - Alteração	f. 23
Planta do piso 1 - Definitivo	f. 24

Planta do piso - 1 - Definitivo	f. 25
Planta cotada do piso 1 - Definitivo.....	f. 26
Planta cotada do piso - 1 - Definitivo	f. 27
Planta da cobertura - Definitivo.....	f. 28
Cortes - Definitivo	f. 29
Alçados (Nascente e Sul) - Definitivo.....	f. 30
Alçados (Poente e Norte) - Definitivo.....	f. 31
Vistas exteriores e interiores do forte.....	f. 32

Percurso Temático:

Planta do traçado do percurso e pormenores tipo	f. 33
---	-------

Espaço exterior e acesso ao cais:

Planta geral do arranjo dos espaços exteriores e acesso ao cais	f. 34
---	-------

ANEXO II

IMAGENS TRIDIMENSIONAIS